



ATA ORDINÁRIA Nº 2876/2021

(Obs.: Ao final da ata consta a Minuta de Instrução Normativa na íntegra)

Aos vinte seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; José Rodolfo Fork (1º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação Atas: 2863, 2864 e 2865; 3. Apresentação da Instrução Normativa; 4. Aprovação da Instrução Normativa. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu



46 início aos trabalhos às 18h01min. **1. ABERTURA/COMUNICAÇÕES. Germano Bremm,**
47 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
48 **SMAMUS:** Boa noite, Senhores Conselheiros, temos *quorum*. Declaramos oficialmente
49 aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
50 Ambiental. Lembrando a todos que estamos ao vivo no nosso canal da SMAMS no
51 YouTube. Então, quem tiver interesse em acompanhar a reunião, por favor, pode
52 compartilhar com aquele interessado, com a comunidade, o link do nosso canal do
53 YouTube, vai acompanhar em tempo real a nossa discussão, que fica também disponível
54 para qualquer cidadão acessar a qualquer momento. A gente tem a nossa representação,
55 está hoje aqui presente: (Lista de presentes na inicial da ata). Temos um convidado ilustre,
56 nosso Presidente de honra aqui neste Conselho, o Prefeito Municipal de Porto Alegre
57 Sebastião Melo, que nos honra com a visita. Vai fazer uma participação especial, o
58 Prefeito Melo que tem um histórico, uma vivência dos conselhos populares aqui em Porto
59 Alegre. Em conversa com ele se entendeu adequado vir prestigiar a reunião deste
60 Conselho, este Conselho que hoje, na sequência, vai discutir uma pauta importante, que é
61 a Instrução Normativa base do processo de revisão do Plano Diretor. A gente vinha
62 construindo isso ao longo dos últimos meses. Hoje estamos em condição de fazer essa
63 discussão na sequência. Então, gostaria de agradecer a sua presença, já de imediato
64 passar a palavra para o Prefeito Melo poder fazer uma saudação inicial. E depois, Prefeito,
65 a gente vai organizar, sabemos da sua agenda, que é complicada, mas vamos distribuir 20
66 minutos no período de Comunicação para os conselheiros que tiverem interesse em se
67 inscreverem. A gente distribui esses 20 minutos e cada um faz uma fala inicial, depois
68 vamos para a pauta do dia. Este Conselho, Prefeito, o senhor bem conhece, debate
69 processos importantes da cidade, projetos de impacto de segundo grau, todos aqueles que
70 são aprovados inicialmente pelo município, no âmbito das comissões, que no segundo
71 momento vem para ser discutido. Tem representação da sociedade civil organizada, das
72 regiões de planejamento, tem entidades vinculadas ao planejamento urbano, o governo
73 também tem representação aqui. Então, a gente tem calorosos e efetivos debates, às
74 vezes, nos processos, nos entendimentos mais diversos, posições que por muitas vezes
75 são diferentes, entendimentos, visões de cidade um pouco diferentes, mas a gente
76 consegue nessa diversidade deliberar, fazer essa discussão e avançar nas pautas
77 importantes para a cidade. O debate sempre é muito evolutivo. Temos nossos momentos
78 de tenção, os nossos momentos de discussão, mas não há dúvida que a cada reunião a
79 gente sai mais fortalecido, com um aprendizado um pouco melhor sobre o tema, no
80 sentido de sempre construir o melhor para a nossa cidade. Prefeito Melo, com a palavra,
81 fique à vontade. **Prefeito Sebastião Melo (Prefeitura Municipal de Porto Alegre):** Está
82 bem! Bom, primeiro, a minha saudação muito calorosa às Senhoras Conselheiras,
83 Senhores Conselheiros, agradecer pela contribuição que cada um de vocês tem dado a
84 nossa cidade. Eu acredito muito nos conselhos, acredito muito nesta convergência da
85 democracia representativa e participativa. Elas bem trabalhadas podem convergir para
86 uma cidade melhor, para uma vida melhor. Então, queria cumprimentar o Germano, nosso
87 Secretário, a equipe do Germano. E dizer o seguinte, não sou neófito nessa matéria, afinal
88 de contas fui vereador desta cidade, fui vice-prefeito, estive neste Conselho em alguns
89 momentos. Eu penso que o Brasil errou a mão no planejamento urbano nos últimos 30 a
90 40 anos, inclusive, na nossa cidade. Eu tenho muita clareza de que nós temos muitos
91 desafios pela frente, mas um deles é a revisão do Plano Diretor. Eu acho que é uma
92 cidade que estendeu demais e isso fez com que a cidade se tornasse muito cara e eu



93 sempre pensei, continuo pensando, que a gente deveria ter mais adensamentos onde já
94 havia equipamentos na cidade. Isso acabou não acontecendo, porque uma coisa é fazer
95 habitação, outra coisa é fazer cidades. E especialmente nas moradias de baixa renda as
96 contrapartidas não existem. Então, você vai lá, faz um prédio na Edgar Pires de Castro ou
97 na Lomba, ou na Lourenço Mariante. Vocês vão ver que a infraestrutura não existe, o
98 ônibus não existe, o posto de saúde não existe e vocês sabem que isso traz, logo em
99 seguida, problemas seríssimos urbanos na cidade. Então, eu também acho, nós recriamos
100 aí, fizemos um rearranjo administrativo e a gente também pensou muito nessa questão do
101 planejamento urbano, acho que o planejamento urbano é a alma de uma cidade. Eu vendo
102 uma ideia, que ainda continuo com ela, eu acho que nós devemos pensar no instituto de
103 planejamento urbano metropolitano, não há como você não dialogar com os desafios
104 metropolitanos, não há como em nenhuma área, você não terá uma cidade melhor se não
105 dialogar com o transporte, com a saúde, com a segurança, com os planos diretores. E,
106 infelizmente, nós somos hoje uma ilha em cada cidade metropolitana, as universidades
107 têm que participar mais o planejamento urbano da cidade, os setores da sociedade civil,
108 não só o conselho que tem o papel. Então, eu diria que temos grandes desafios. Eu queria
109 finalizar dizendo o seguinte, dos desafios postos na eleição, na medida em que hoje sou o
110 prefeito, eu sou do diálogo, de respeitar quem pensa diferente, eu acho que nas diferenças
111 a gente constrói coisas boas. Eu não sou daquele político que acha que tem que
112 prevalecer a minha palavra, não, tenho posição, mas respeito a posição dos outros. Quero
113 dizer que quero estar frequentemente aqui, com este espírito. E sei que todos que estão
114 aqui amam a cidade e querem o bem da cidade, que podem ter visões diferentes, o que é
115 da riqueza da democracia. Então, eu queria só finalizar dizendo isso, eu queria pedir uma
116 ajuda a vocês em várias coisas, nas operações consorciadas urbanas, que eu acho que é
117 um caminho importante, mas queria um olhar muito especial para o Centro de Porto
118 Alegre. O Centro é a alma da cidade, eu acho que tem que haver alguma mudança aqui,
119 Germano, este Conselho pode ajudar nisso, porque nós não passaremos por uma
120 revitalização do Centro se nós não tivermos uma mexida aqui no Plano Diretor, entre
121 várias atitudes. Então, eu tenho uma reunião com o DMLU aqui, depois tenho outra sobre
122 Covid. Então, eu me programei para estar aqui meia hora. Então, até às 18h28, 29
123 minutos, eu estou aqui com vocês. Eu peço desculpa por não continuar mais, mas a
124 agenda aqui realmente é muito em seguida. Tenho agenda até às 10 da noite aqui. Então,
125 muito obrigado por estar aqui, um abraço a todos vocês. Reencontro aqui pessoas que eu
126 gosto muito, com quem eu convivo como vereador, como cidadão de Porto Alegre. Então,
127 um abraço, para não individualizar, de forma coletiva a todos vocês, às mulheres e aos
128 homens que contribuem para a nossa cidade. Muito obrigado, Germano. **Germano**
129 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
130 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Prefeito Melo, pela saudação, prestígio em
131 participação, nosso Presidente de honra. Realmente, vir aqui no nosso Conselho é
132 importante para demonstrar a linha da gestão, as diretrizes muito claras para tocar os
133 trabalhos aqui na Secretaria e na Presidência do Conselho. Prefeito, o tempo é bem curto.
134 Nós temos inscritos para o período de Comunicação, nós vamos dividir os 20 minutos
135 restantes. A gente tem inscrito o Conselheiro Jackson, Emerson, Fernando, Rômulo,
136 Tânia, Gomes, Dal Molin, Felisberto. Mais alguém inscrito? Senão vou encerrar a inscrição
137 e vou dividir. Felisberto, Emílio e Maristela, estão inscritos para falar? Sim, estão inscritos.
138 Então, vamos dividir, 11 conselheiros inscritos, vamos ter 1 minutos e alguma coisa, quase
139 2 minutos. Então, peço, por favor, que sejam precisos na fala para a gente poder dar a



140 oportunidade de todos falarem, porque o Prefeito vai ter que na sequência se afastar.
141 Jackson, por favor. **COMUNICAÇÕES. Jackson Roberto Santa Helena de Castro**
142 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite aos colegas.
143 Boa noite ao Prefeito Sebastião. Seja muito bem-vindo. Em no da Região de Planejamento
144 3 agradecemos a sua presença e também detectamos a sua grande vontade de vir
145 participar já na primeira oportunidade conosco neste Conselho. A nossa região tem
146 diversas dificuldades, o senhor conhece muito bem. E em nome da região novamente nós
147 nos colocamos, eu e os conselheiros suplentes, à disposição em contribuir para que a
148 gente possa crescer muito nesta região da cidade, que tem muito a avançar,
149 especialmente na questão da regularização fundiária. Ficamos muito felizes com a criação
150 da Secretaria que vai tratar de um problema crônico da Cidade de Porto Alegre, Prefeito.
151 Então, é interessante que a gente já tenha muita coisa para resolver e a nossa região é
152 uma das mais carentes dessa situação. Era isso, muito obrigado e não vou me estender.
153 Uma boa noite e um bom trabalho para nós. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),**
154 **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
155 **Ambiental – OP-HOCDDUA:** Boa noite. Agradou-me a fala do Prefeito em relação à cidade
156 adensada e também eu queria colocar aqui um grande fato que nós vamos ter que discutir,
157 que é a vascularidade da cidade. Nós temos grandes problemas hoje no trânsito,
158 engarrafamentos no final da tarde. Outro também que já foi levantado em relação à cidade
159 adensada. O Orçamento Participativo já trouxe algumas propostas em relação às grandes
160 vias, as diretrizes viárias da cidade aí, que tem maior densidade de melhorar esse
161 adensamento, essa ocupação do solo, esse aproveitamento da infraestrutura. Então, esse
162 é um grande trabalho, eu acho que dá para imbuir juntamente com a alteração do Plano
163 Diretor, para nós atendemos melhor da cidade e conseguirmos contemplar com os
164 empreendedores, implantando nas vias de melhor sustentabilidade e melhor atendimento
165 da cidade. Para não criarmos as grandes ilhas, construir lá no Lami, lá no Belém Novo, lá
166 não sei onde, em lugares que não tem infraestrutura. Então, vai ao encontro da gestão de
167 entender esse fato e de conciliar essas informações. Obrigado. **Fernando Martins Pereira**
168 **(1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa
169 noite, Secretário. Boa noite demais colegas. Eu quero saudar o Prefeito Melo, contribuindo
170 muito nesta nossa reunião do CMDUA. E me agrada muito a fala sobre o instituto de
171 planejamento, eu acho que é uma coisa que se pensa e se imagina a bastante tempo, eu
172 acho que isso vem a contribuir muito para o planejamento da própria cidade. Com relação
173 a isso eu gostaria de deixar aqui um recado sobre os diversos planos diretores que nós
174 temos e que eles não se conversam. Então, isso seria uma forma, diversos planos para
175 que a gente possa construir de maneira efetiva o planejamento da cidade, não de maneira
176 isolada ou com algumas demandas específicas. Não quero me alongar nesse assunto, era
177 mais para saudar mesmo o Prefeito, os Conselheiros e o Secretário. Por fim, eu quero
178 parabenizar o Prefeito pela recondução do Secretário Germano, que junto com a sua
179 equipe de servidores e demais pessoas que agregam tem feito muito mesmo pelo Plano
180 Diretor e por esta cidade nesses últimos tempos. Há muito tempo que nós não víamos uma
181 efetividade tão grande com relação ao planejamento, a relação de projetos e aprovações,
182 principalmente uma coisa que pouco se fala, mas eu faço aqui de público a discussão e
183 ouvir todos com relação ao planejamento. Mesmo alguns contrários a isso, mas de fato é
184 verdade, tem sido feitas muitas discussões e discussões bastante salutares com relação
185 ao planejamento urbano, era isso e boa noite. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade**
186 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu queria saudar o Prefeito, desejar



187 a ele uma excelente gestão. Eu represento a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e
188 com muito orgulho nós temos sido ao longe pelo menos nas últimas quatro décadas o
189 principal fornecedor, formador de recursos humanos especializados na área de
190 planejamento e urbanismo. Nós temos tido participação efetiva desde o plano de 79. Eu
191 me lembro que foi o primeiro plano do qual eu participei na época como funcionário da
192 prefeitura, que a UFRGS tem não só se envolvido, como dado apoio humano, de recursos
193 humanos para a elaboração e para a gestão desses planos ao longo do tempo. Quando a
194 gente olha para a cidade tenho a impressão que as coisas estão todas fora do lugar, que
195 tudo está faltando, que está tudo mal, mas essa impressão é totalmente verdadeira. Quer
196 dizer, a Cidade de Porto Alegre tem aos poucos melhorado nesses últimos anos, nós
197 temos subindo degraus no sentido de melhorar as condições de vida, melhorar a
198 infraestrutura, essas coisas que têm sido feitas. E uma parte pelo menos disso se deve à
199 cultura de urbanismo, do planejamento que foi criado e que existe na cidade viva e
200 pujante, da qual a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem sido uma grande
201 contributora. Então, dessa forma, gostaria de desejar ao Prefeito novamente que a gestão
202 corra da melhor forma possível e dizer que UFRGS está neste momento plenamente
203 envolvida com esse processo de revisão do Plano Diretor. Já temos várias equipes
204 trabalhando nisso e espero que isso continue nos próximos meses. Obrigado. **Tânia Maria**
205 **dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a
206 todos. Boa noite, Prefeito Melo, seja muito bem-vindo a este Conselho. Eu represento a
207 Região de Planejamento 4, a zona leste e nordeste da Cidade de Porto Alegre e nós temos
208 um sério problema dos empreendimentos imobiliários no entorno. Esse problema traz para
209 a comunidade seríssimos problemas com a falta de água, o problema viário também, que a
210 gente simplesmente não consegue se locomover em determinados horários dentro da
211 cidade. O Senhor deve saber muito bem disso, né. Então, esse é um sério problema,
212 porque esse crescimento imobiliário no entorno das comunidades está sufocando,
213 inclusive, algumas comunidades que já vivem lá há muitos anos. É como esta última
214 comunidade que vai ser, a retirada lá da Vila Caddie. Nós temos grande preocupação com
215 os quilombos da Cidade de Porto Alegre, que são vários quilombos, que têm o seu
216 enraizamento, a sua tradição de mais de 60, 70 anos, às vezes até mais dentro da cidade.
217 Então, esse é o olhar que a gente espera que o Prefeito tenha, um olhar de atenção com
218 essas comunidades quilombolas, indígenas, que por causa dos empreendimentos elas
219 simplesmente são “sorratedas” e enviadas para vilas distantes e locais ermos, longe do
220 seu entorno, da sua vivência comunitária. Outro problema é a falta de água, com esse
221 aumento dos empreendimentos a falta de água. E a gente tem um grande sucateamento
222 do DMAE, que é uma empresa maravilhosa, que presta um serviço que categoria dentro
223 da cidade de Porto Alegre, que foi criado em 1961, que dá um atendimento maravilhoso às
224 pessoas, o cidadão e à cidade. E ele foi sucateado durante esses anos, essas últimas
225 gestões da nossa cidade com o intuito da privatização. A gente sabe que essa privatização
226 não traz benefício nenhum para nós cidadãos e nem à comunidade em geral, a
227 comunidade mais carente que eu me refiro. Então, esse é um sério problema que nós
228 estamos muito preocupados. (Sinalização de tempo esgotado). Outra coisa, Prefeito, a
229 nossa cidade está tirada. Só um minutinho. O Riacho Ipiranga está crescendo um matagal,
230 eu nunca tinha visto isso antes, eu moro aqui perto, nunca tinha visto isso antes em toda
231 minha vida. Então, a cidade está jogada às traças, os monumentos históricos estão
232 abandonados. Então, a gente gostaria que o senhor desse um olhar em particular para
233 esta Cidade que está clamando por tantas coisas, né. Então, esperamos isso da sua



234 Prefeitura. É só isso, muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
235 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Primeiramente, quero cumprimentar o Prefeito
236 Sebastião Melo. É muito importante, Prefeito, a sua vinda ao Conselho, porque nos aponta
237 uma nova relação com a administração de Porto Alegre. Eu estou no Conselho desde
238 2016, fui eleito a primeira vez em 2015, é o primeiro prefeito que vem nos visitar e não foi
239 por falta de convite. Então, isso para nós é uma sinalização muito positiva. Outra coisa que
240 muito nos orgulha, Prefeito, é contar para todo mundo que o senhor é eleitor da Região de
241 Planejamento 6 e dos 834 cidadãos que estiveram votando na última eleição da Região 6,
242 o nosso Prefeito Sebastião Melo foi um deles. Então, digamos assim, é uma pessoa
243 realmente que tem um histórico dedicado a valorizar a participação popular e isso vai fazer
244 uma grande diferença, essa retomada, isso está dando uma expectativa muito grande para
245 a cidade no Orçamento Participativo, os fóruns em gerais. A gente fica muito satisfeito. Eu
246 não vou me alongar também, fico por aqui desejando sucesso na Prefeitura e conte
247 conosco no que for necessário aí para transformar Porto Alegre cada vez mais em uma
248 cidade mais alegre, boa de se viver e mais justa. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato**
249 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, Presidente. Também
250 quero saudar aqui a presença do nosso Prefeito, que também não lembro, há quantos
251 anos que eu venho atuando no Conselho, não lembro quando um prefeito se fez presente
252 e valorizando o nosso Conselho, mas eu não me surpreendo, porque o nosso Prefeito
253 Sebastião Melo sempre foi um democrata, ele sempre incentivou o debate. Eu lembro
254 muito bem, quando eu era Conselheiro da Região 1 de planejamento, quando nós fomos
255 pleitear pelo Parque do Gasômetro, o corredor Parque do Gasômetro, foi o Vice-Prefeito
256 Sebastião Melo que fez toda a articulação para que saísse o corredor Parque do
257 Gasômetro, um amplo debate que ele promoveu da Câmara de Registros, que a gente
258 conseguiu implementar. E também foi na gestão dele como vice-prefeito que a cidade
259 pode fazer uma ação ali na Orla do Guaíba, que deu tanto resultado e que nos demonstra,
260 como às vezes fala o Professor Rômulo, como às vezes uma atitude, uma ação que a
261 gente pode fazer na cidade ela se reverberam, ela faz com que a cidade comece a ter
262 novos ares, novos lugares. Então, assim como a gente olha essas áreas comuns, das
263 pessoas se encontrarem na cidade, acho que a gente deveria olhar para o nosso Plano
264 Diretor como um indutor de desenvolvimento de alguns lugares,

265 onde até a própria construção civil possa se alavancar em lugares... (Sinalização de tempo
266 esgotado) Mas sempre pensando também, nunca deixando de lado como que a cidade vai
267 se financiar também para fazer a regularização fundiária muito importante que a gente
268 precisa. (Sinalização de tempo esgotado). Já fui contemplado nas falas aqui pelo Jackão,
269 pelo Gomes, pelo Fernando. Então, terminando, gostaria de saudar e sei que a cidade
270 está em muito boas mãos. Tenho certeza que Porto Alegre vai melhorar muito na gestão
271 de uma pessoa como o Sebastião Melo, que conhece profundamente a cidade.
272 (Sinalização de tempo esgotado). E que tem no seu DNA a democracia, de conversação
273 sempre para chegar a um bom termo de tudo. Um abraço, Prefeito Sebastião. **Germano**
274 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
275 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Prefeito, nós temos mais 4 pessoas
276 inscritas para falar, podemos ir liberando? Em 8 minutos terminando. Então, vamos seguir
277 aqui. Conselheiro Felisberto, por favor, só se atente ao tempo para todos poderem
278 participar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
279 **RGP. 1:** Primeiro, quero saudar ao Prefeito Sebastião Melo, ao qual tenho grande



280 capacidade de diálogo e quero agradecer publicamente a sua atuação com relação à
281 ocupação Vila Maria, oportunizando que o DMAE fosse lá colocar água para aquela
282 comunidade. Quero lhe agradecer de público e deixar isto escrito aqui. Segundo, hoje faz
283 100 anos o Instituto de Arquitetos do Brasil, queria parabenizar todos os arquitetos e
284 arquitetas pelos 100 anos da sua instituição. Hoje estive no DEMHAB, sendo muito bem
285 recebido pelo Secretário André Machado e a Secretária Adjunta Simone Somensi para
286 tratar do assunto da ocupação Vila Maria. Quero agradecer de público também. E me
287 atendo aos minutos, fui muito contemplado pela fala da Tânia. E aqui, Prefeito, quero
288 discordar um pouco sobre o adensamento que o senhor propõe. Primeiro temos que ver os
289 problemas de cada região para depois falar em adensamento. No Centro nós temos 17
290 vilas que ainda não estão regularizadas, temos os quilombos, temos identidades culturais,
291 temos prédios que estão sendo vendidos e que precisam ter destinação específica, como o
292 próprio prédio da antiga SMOV, Secretaria de Planejamento, que é um prédio histórico,
293 admirado pelos arquitetos e que deve ser preservado e não vendido. Então, a gente tem
294 que ter muito cuidado com a venda do patrimônio público. Quero dizer que o instituto não
295 é uma ideia que me desagrada, mas nós temos a METROPLAN, que fazia a interlocução
296 entre as regiões metropolitanas, que está sendo sucateada e extinta. Então, Prefeito, tem
297 que trabalhar com a METROPLAN. Por fim, dizer que o senhor conhece muito bem os
298 problemas das comunidades e nós temos 700 comunidades que esperam regularização
299 fundiária. E temos que também recuperar mais de 200 milhões que foram tirados do Fundo
300 Municipal de Habitação de Interesse Social. (Sinalização de tempo esgotado). É
301 importante que a gente tenha esses recursos devolvidos ou buscado para implementar a
302 regularização fundiária. Obrigado e era isso. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente),**
303 **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite a todas e todos.
304 Primeiramente, em nome do Presidente Tiago Holzmann do Conselho de Arquitetura e
305 Urbanismo, cumprimento e parabenizo o Prefeito pelo a sua visita a este CMDUA,
306 porque desde já lhe confere o espírito democrático que deve ter todas as instituições.
307 Portanto, no executivo, no legislativo, etc. e etc. Desejamos ao Prefeito Melo o êxito em
308 sua gestão e no que caber ao CAU nesse sentido estamos à disposição para planejar e
309 para construir esta cidade. Esse não era o meu principal motivo, mas me tomou de
310 surpresa a presença do Prefeito Melo, mas sim de parabenizar o nosso grande parceiro
311 que é o IAB pelo seu centenário, 100 anos de vida, trabalhando em prol da democracia,
312 atuando politicamente, mas também em benefício de todas as pessoas que precisam,
313 construindo uma cidade que todos querem. Faço a extensão de saudação a Arquitecta
314 Maria Alice Batista, ao Arquitecto Vice-Presidente Rafael Passos, para que possam cumprir,
315 mencionando que o IAB foi fundado em 1948 e acho que muitos de nós não estávamos em
316 planejamento especificamente nas nossas vidas. O Professor Albano, Demétrio Ribeiro
317 (Inaudível), foram colegas do Professor Rômulo da UFRGS, que com muitas obras esses
318 profissionais arquitetos fizeram em favor da nossa cidade. Muito obrigado. **Maristela**
319 **Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Olá, Secretário. Olá
320 a todos, homens e mulheres deste Conselho. Prefeito Melo, que eu já tive o prazer de vê-
321 lo hoje na Prefeitura. Eu não vou me estender muito, porque foi justamente lá que
322 solicitaram uma agenda para aprofundarmos alguns temas, entre eles a questão do
323 consócio Lomba do Pinheiro. Quero pontuar duas questões que acho importantes, não
324 vou falar aqui da água porque todos nós estamos trabalhando em prol disso, trabalhamos
325 muito na outra gestão e vamos continuar trabalhando agora junto com a nova gestão, né.
326 Quero lembrar que em 99, o tempo passa e a gente vai ficando mais experiente. Por isso



327 que eu digo que estou fazendo doutorando neste Plano Diretor. Eu fui relatora temática e
328 peguei a questão do Centro Histórico e o Lago do Lago Guaíba, onde foi, inclusive, um
329 dos meus textos que foi publicado. Quero enviar para ajudar, contribuir quando estiver na
330 reunião com o Prefeito, quero entregar também ao Secretário Germano em relação à
331 questão do Centro. A outra questão, Prefeito, queria sugerir, por exemplo, nós tivemos,
332 não querendo ser bairristas, mas exercendo, a entrega dos títulos lá da Quinta do Portal e
333 nós não fomos nem lembrados para sermos convidados. Eu sou apaixonada, acho que o
334 senhor acertou em cheio ter convidado o André Machado, a Simone Somensi, que uma
335 *expert* na área, parabéns! Mas eu acho que falta ainda essa expertise de lembrar que os
336 conselheiros e nós aqui da região trabalhamos muito há muitos anos, e o senhor também
337 com a questão das AEIS, em relação à questão da regularização fundiária. Então, só uma
338 lembrança, para lembrar de quando há entrega dos títulos, além da comunidade local, que
339 lembre de nós que já pintamos os cabelos faz tempo e queremos também estarmos em
340 momentos felizes, né. Este é sim um dos momentos felizes, né. (Sinalização de tempo
341 esgotado). E a outra sugestão, duas sugestões que eu queria dar, a primeira, eu acho que
342 assim como a UFRGS, a UERGS está caindo de maduro e por excelência a USP, que é
343 universidade estadual, a UERGS deveria ter um assento, Prefeito. Queria solicitar que
344 estudasse isso para que também tivesse assento no Plano Diretor. E o senhor, Secretário,
345 tem a caneta para isso, porque eles contribuem muito na nossa região com o Cidade Porto
346 Alegre. Por último, não quero legislar em causa própria, porque não vou poder ficar muito
347 tempo ainda neste Conselho, por outros afazeres que vou ter pela vida, é dizer que eu
348 acho, Prefeito e Secretário, que interromper este ano esta gestão seria muito ruim. Nós
349 temos uma gestão muito equilibrada, eu sei que foi protelado até maio, mas eu acho que
350 seria muito ruim para a cidade não termos a continuidade deste corpo do Conselho do
351 Plano Diretor... (Sinalização de tempo esgotado) para ficar até o final do ano, para poder
352 acompanhar e acumular esse capital social, político, econômico e de desenho desta
353 cidade, da matiz desta cidade até o final da questão da revisão do Plano Diretor que se
354 inicia agora. Então, são sugestões. Prefeito, aguardo ansiosa em vê-lo pessoalmente
355 novamente e poder levar as nossas pautas, não só da Lomba do Pinheiro, mas da Cidade
356 de Porto Alegre. Obrigada. É uma alegria revê-lo e rever a todos que estão aqui. **Mark**
357 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
358 **SOCECON/RS:** Bom, cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras. Cumprimentar
359 o Presidente do Conselho Germano Bremm. Cumprimentar especialmente o Prefeito
360 Municipal de Porto Alegre Sebastião Melo. É uma satisfação receber a sua corajosa
361 participação no CMDUA. É uma grata surpresa, não sabíamos que o senhor estaria
362 conosco hoje. É importante a sua vinda e a sua audição. Alguns conselheiros puderam se
363 manifestar. É importante que o senhor colha esses depoimentos. Eu queria lhe dizer que
364 nós todos temos e queremos a melhoria da cidade, queremos muito a inclusão e o senhor
365 pode contar conosco para que dialoguemos sobre os rumos de nossa cidade. Era isso e
366 muito obrigado pela oportunidade. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
367 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
368 Conselheiro Mark pela palavra. Desculpa mais uma vez, tive que ser incisivo cobrando o
369 tempo de todos. Naturalmente em outras oportunidades a gente vai poder convidar o
370 Prefeito. Neste momento inicial a agenda está bastante complexa, mas desde já agradeço
371 a sua participação e lhe oportunico para a fala de encerramento. Depois nós vamos
372 continuar na discussão da Instrução Normativa, no processo do Plano Diretor. Com a
373 palavra, Prefeito. **Prefeito Sebastião Melo (Prefeitura Municipal de Porto Alegre):** Olha,



374 eu anotei atentamente as contribuições, que são bastante procedentes. Primeiro,
375 Maristela, desculpa, porque o nosso jeito de governar é de incluir, não é de excluir. Eu
376 estive na Quinta do Portal, nós ainda não temos as nomeações da Prefeitura no Bairro,
377 talvez seja uma falha, nós estamos na fase de realocar as pessoas, mas eu te garanto que
378 isso não vai mais acontecer. A conquista da Quinta do Portal tem várias mentes, várias
379 mãos e tu és uma delas. Tem mais 700 famílias para regularizar ainda e eu quero
380 aproveitar para dizer o seguinte, eu disse quando convidei o André e a Simone, que é um
381 grande quadro da Procuradoria que eu quero que eles somem os 40 anos de
382 regularização fundiária em Porto Alegre, eu quero fazer em 4 anos, porque eu considero
383 este tema desafiador, porque a regularização fundiária é um ganha-ganha, um ganho para
384 o cidadão, um ganho para a comunidade, um ganho para a Prefeitura também. Então, nós
385 temos que facilitar, nós temos que desburocratizar, nós temos que fazer tudo, colocar
386 gente orçamento, parceria, universidades. Já conversei com a UFRGS, vou conversar com
387 as outras universidades de arquitetura, a antiga Ritter dos Reis, com a PUC, com o Poder
388 judiciário eu estou conversando com a Juíza de Tramandaí, que tem um trabalho muito
389 legal sobre isso. Então, abraço muito fraterno a todos vocês aí. E comigo aqui é linha
390 direta, sem frescura. Eu continuo sendo o mesmo Melo vereador, Melo Vice-Prefeito, o
391 melo que despacha na rua, na praça, no Paço, nas secretarias. Tudo o que eu quero é o
392 que vocês querem também, melhorar a vida da cidade, das pessoas. Obrigado, saúde e
393 paz. Estamos juntos! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
394 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Prefeito. Fique a
395 vontade para sair da reunião, nós continuamos coisa com nosso debate, hoje discutindo a
396 Instrução Normativa do Plano Diretor. Peço mais uma vez desculpa, sei que todos
397 gostariam de falar, a gente viu na sequência que o pessoal foi ingressando e não
398 conseguiu se inscrever, mas em função desse tempo dele... Na verdade, ele tinha
399 inicialmente a ideia de ficar um pouquinho mais, mas surgiu outra eventualidade, a gente
400 teve que compactar o tempo dele, mas o Prefeito tem essa característica, essa inteiração
401 com os conselhos, um perfil de muita participação em outros momentos aqui no Conselho.
402 Então, acho que vamos ter outras oportunidades para trazer ele e fazermos um debate,
403 uma conversa com mais calma. Nesse sentido, Senhores Conselheiros, a gente tem o
404 relato da Conselheira Patrícia, a nossa Instrução Normativa, que a gente vem debatendo
405 ao longo desse ano que se passou, junto com o Ministério Público, acho apresentações
406 feitas aqui no Conselho. Eu peço a Patrícia que fala a apresentar, o relato da
407 consolidação, a partir daquele calendário que a gente tinha estabelecido. Depois a gente
408 abre para discussão e na sequência deliberamos a Instrução Normativa de procedimentos.
409 Patrícia e equipe estão com a palavra. **3. APRESENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO**
410 **NORMATIVA; 4. APROVAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA. Patrícia da Silva**
411 **Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
412 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a todos. Hoje nós temos a intenção de aprovar a
413 minuta da instrução normativa, antes da gente passar à aprovação eu vou dar uma
414 retomada no que foi feito por nós em conjunto, junto com o Conselho, que acabou
415 culminando nesta redação final, que foi produzida aqui por nós da minuta de instrução
416 normativa. Inicialmente, as contribuições começaram no dia 20 de outubro, onde a gente
417 disponibilizou formulários, disponibilizados espaços para contribuições pelo e-mail.
418 Apresentamos a minuta de instrução normativa e discutimos em duas reuniões, junto com
419 os termos de referência e essas contribuições foram, digamos assim, todos os processos
420 foram disponibilizados para vocês, foi disponibilizado no processo 20.0.000092599-4. O



421 calendário de reuniões ficou a apresentação do dia 17 de novembro pela equipe técnica.
422 Dia 1º de dezembro ficou a disponibilização para discussões. Inicialmente, tinha sido
423 prevista a aprovação para o dia 15 de dezembro, só que com os ajustes, a troca de
424 gestão, a gente acabou adiando para o dia 12 de janeiro e a contribuição a ser recebida
425 pelos Conselheiros adiada até 4 de janeiro. Então, retomando rapidamente, o que consta
426 na minuta de instrução normativa, a ideia é estruturar como que o processo vai acontecer
427 no decorrer desses dois anos, 2021 e 2022. A estrutura do projeto está com base nesse
428 guia para elaboração e revisão dos planos diretores do Instituto Polis. E foi estruturada
429 nessas cinco etapas aqui, sendo etapa preparatória, onde nós estamos, o Plano Diretor
430 por excelência, o desenvolvimento das etapas, leitura da cidade e sistematização proposta
431 antes dos estudos. E uma etapa de aprovação ainda, tramitando neste Conselho. E a
432 Câmara de Vereadores ali para o início de 2023. E aí, posteriormente, a ideia de ter uma
433 continuidade desse acompanhamento com a implantação e monitoramento. Então, a ideia,
434 o que está constando ali, acho que todos já tem pleno conhecimento, que a ideia é a gente
435 ter uma coordenação técnica, que é efetuada pela equipe técnica da Prefeitura, dentro da
436 SMAMS. Um grupo de trabalho técnico operacional, onde estão envolvidos os técnicos da
437 Prefeitura como um todo. O próprio Conselho, que está ali propositalmente no centro. Um
438 grupo de trabalho consultivo técnico e um grupo de trabalho consultivo regiões de
439 planejamento. Então, o papel do Conselho, na verdade, o fechamento de todas as etapas
440 necessariamente passaria pela aprovação do CMDUA. Dentro da etapa preparatória,
441 então, onde ainda estamos nela, mas estamos fazendo esse fechamento, né. Temos a
442 minuta de instrução normativa, logo após aprovação da minuta nós temos em conjunto
443 com vocês para tratar a formação dos grupos de trabalho e início dos trabalhos. A questão
444 de organização do espaço físico e aquisições, a estruturação dos dados feitos pelas
445 equipes técnicas. A realização de oficinas preliminares, essas que nós já apresentamos ao
446 Conselho e ainda falta a gente fazer as apresentações nas regiões de planejamento. A
447 gente tem uma ideia de fazer capacitações na sequência, tão logo os termos de
448 referências sejam contratados. A estruturar no decorrer do parecer a capacitação, tanto
449 das equipes técnicas, quanto dos conselheiros também. E encerrando a etapa
450 preparatória, a ideia, todas as etapas vão seguir um fluxo, onde os estudos vão ser
451 desenvolvidos pelas consultorias e em paralelo vão ter a organização dos processos de
452 participação, vamos ver o desenvolvimento dos trabalhos. Eles vão ser todos
453 desenvolvidos nesse fluxo, a gente prepara uma proposta inicial junto com a coordenação
454 técnica, com o GT técnico-operacional e submetemos aos GTs para a gente fazer o
455 fechamento. Uma vez consolidadas as propostas no desenvolvimento, tanto dos processos
456 de participação, quanto da avaliação dos estudos, agente submete ao CMDUA por fim. Na
457 conclusão da etapa de diagnósticos, que envolve a parte de leitura da cidade, a ideia é
458 que ela se conclua no fim do ano e tenham grande fechamento através de uma primeira
459 conferência, que vai fazer com que essa leitura da cidade tenha um grande olhar, uma
460 olhar ampliado. Essa primeira conferência vai se consolidar em um relatório e esse
461 relatório vai ser encaminhado para a continuidade da etapa de sistematização e propostas.
462 Na etapa de sistematização e propostas, ela também vai seguir o mesmo fluxo, tanto os
463 processos de participação, quanto os resultados dos estudos, eles vão passar por esse
464 fluxo, primeiramente coordenação técnica e o GT técnico-operacional, aí com uma primeira
465 avaliação que passa pelos grupos e o fechamento passa pelo CMDUA. E ideia da etapa
466 de sistematização e propostas é fechar com a segunda conferência, onde essa segunda
467 conferência vai mostrar aquilo que a cidade quer para a revisão do Plano Diretor. E aí com



468 essa consolidação, enfim, encaminhamos para a etapa de aprovação, onde tem esse
469 trabalho final que vai ter uma interação grande, inclusive, com a Câmara de Vereadores,
470 onde vão se submeter as minutas, que vão ser trabalhadas dentro da coordenação
471 técnica, elas vão passar pelos GTs construtivos técnicos das regiões e vão fechar para o
472 CMDUA. E em sequência nós temos a questão das audiências públicas. O pessoal
473 comentou – quantas audiências públicas serão realizadas? Tantas quantas forem
474 suficientes, enfim, a partir da liberação dos grupos de trabalho no decorrer do processo, o
475 que entendermos adequado. A partir daí, dentro desse fluxo, encaminhamos à Câmara de
476 Vereadores, onde a gente colocou na minuta que o próprio Conselho vai poder trabalhar
477 em conjunto com a Câmara de Vereadores de maneira autônoma. Nós em conjunto vamos
478 poder se manifestar por parte aqui do município, os conselheiros estão legitimados para
479 fazer as discussões através dessa instrução normativa. E a partir da aprovação nós temos
480 a etapa de implementação e monitoramento, onde a gente vai ter que trabalhar na questão
481 de regulamentações, atualizações que forem necessárias e também a capacitação dos
482 agentes envolvidos. Entre os quais incluímos, até por sugestão dos próprios conselheiros,
483 colocamos conselheiros e delegados, enfim, todos que estão envolvidos nesse processo.
484 Então, rapidamente, retomando o que está na instrução normativa, dos papéis de cada
485 agente, vamos dizer, esses são os principais agentes. Aí só comentando que, além desses
486 grupos de trabalho, uma das coisas que foi pontuada é a formação de outros grupos.
487 Então, esses outros grupos vão ser deliberados para serem formados no decorrer do
488 processo, de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos. Então, nós teremos,
489 inicialmente, esses cinco grupos. E nesses grupos a coordenação técnica tem essas
490 funções: promover a revisão do Plano Diretor e elaborar o material técnico; estabelecer
491 interlocução com a sociedade e entre os agentes envolvidos; a responsabilidade de
492 sensibilização e mobilização da sociedade; planejar e coordenar as atividades de
493 participação; organizar os andamentos dos trabalhos; sistematizar as informações obtidas
494 ao longo do processo; acompanhar o andamento do processo na Câmara de Vereadores;
495 entre outros. O grupo de trabalho técnico operacional dos técnicos do município tem as
496 principais funções: fornecer dados e informações; analisar os resultados dos estudos nas
497 áreas de competência; elaborar documentos e sistematizar as informações; colaborar na
498 elaboração de minutas e regulamentações; prestar suporte nos processos de participação
499 e analisar os resultados; acompanhar o desenvolvimento do processo efetuando
500 aprovação preliminar nas etapas para encaminhamento aos grupos de trabalho; entre
501 outros. Eu pulei direto aqui para o GT consultivo técnico, onde dentro desse processo tem
502 o papel: discutir os temas propondo contribuições que julgar pertinentes; avaliar os
503 resultados consolidados e sistematizado pela coordenação técnica e pelo grupo de
504 trabalho técnico operacional, inclusive, quanto às metodologias processos de participação
505 a serem realizados; avaliações e proposição de soluções para diferentes temas,
506 colaborando na construção de propostas; participar e apoiar a organização e a realização
507 dos processos de participação; colaborar na organização da sociedade civil organizada
508 para participação. E o GT das regiões está entre os objetivos: discutidos os temas
509 propondo contribuições que julgar pertinentes; avaliar os resultados consolidados e
510 sistematizadas pela coordenação técnica e pelo GT técnico operacional, inclusive quanto
511 às metodologias. É a mesma coisa dos processos de participação a serem realizados:
512 avaliação de proposições de soluções para diferentes temas, colaborando na construção
513 de propostas; participar e apoiar a organização e realização dos processos de
514 participação; colaborar na mobilização da sociedade civil organizada para participação.



515 Por fim, o papel do Conselho, que nós entendemos central neste processo: discutir e
516 opinar os temas, propondo contribuições que julgar pertinentes; acompanhar e monitorar o
517 processo do Plano Diretor; receber relatório sobre o andamento do processo; avaliação
518 dos resultados dos estudos; avaliação dos resultados do processo de participação;
519 aprovar a conclusão das etapas; leitura da cidade, sistematizações propostas e etapa de
520 aprovação, que são as etapas pertinentes ao processo de revisão do Plano Diretor. E
521 acompanhar a aprovação da minuta em conjunto com a coordenação técnica e os grupos
522 de trabalho. E como eu tinha colocado na outra apresentação, muito importante na
523 questão dos grupos de trabalho, é a participação que até tinha sido pontuada, porque
524 inicialmente já tinha colocado que seriam grupos, uns para as entidades, outros para as
525 regiões de planejamento. Então, a gente colocou que os temas seriam discutidos em
526 separado, mas que teria livre adesão dos integrantes. E o que a gente considera muito
527 importante é o engajamento dos participantes para que o desenvolvimento dos trabalhos
528 tenha um resultado significativo. Então, colocamos aqui, essa é uma discussão em relação
529 à questão da conferência, é a apresentação que a gente já tinha feito e eu estou só
530 reclamando aqui, que é o momento chave para a realização da primeira conferência,
531 porque inicialmente tinha uma ideia de fazer uma conferência no início. E a gente
532 entendeu que precisava dos dados e era muito importante que a gente tivesse o
533 resultados de todos os resultados para a realização de uma conferência. E aí ela poderia
534 ter resultados mais significativos, a gente pode ter um aproveitamento melhor em relação a
535 realizar essa primeira conferência no final da etapa de leitura da cidade, que é o que a
536 gente colocou ali na minuta. E a ideia desse momento é que ela garanta que as propostas
537 reflitam os desafios reais identificados a partir do estudo profundo. A gente vai identificar
538 durante um ano quais são os problemas, e desafios que a cidade tem, e potencialidades, e
539 a partir daí a gente pode fazer uma discussão bem boa no final do ano. E o segundo
540 momento chave para a questão da conferência, no fim quando temos todas as
541 consolidações propostas, que a população vai poder fazer uma avaliação a partir dos
542 documentos consolidados. Então, a questão da audiência pública, enfim, depois da
543 conferência e revisão das minutas, aí feito em conjunto com o Conselho nós temos a
544 aprovação em audiência pública. E com acompanhamento pelos agentes envolvidos.
545 Então, aqui a questão da realização dos processos de participação, as metodologias vão
546 ser desenvolvidas pelas consultorias. A gente está em tratativas com a Universidade
547 Federal do Rio Grande do Sul, como bem o Professor Rômulo comentou. Essa parte da
548 participação é uma das que estão ali previstas para serem desenvolvidas pelas
549 universidades. Então, a ideia é que a gente tenha uma proposta de metodologias a serem
550 desenvolvidas ali pela universidade. E a proposta é que esses resultados sejam
551 submetidos aos grupos de trabalho para a gente consolidar e a gente construir em
552 conjuntos esse desenvolvimento dos trabalhos, todas estão descritas de maneira sucinta,
553 enfim, as que estão previstas, mas dependendo dos resultados que forem encontrados e
554 se precisar desenvolver um tema específico, a própria instrução normativa deixa em aberto
555 para a gente poder fazer complementações. E para retomar, o pessoal teve oportunidade
556 de ler como está estruturada a instrução normativa. Para retomar, eu passei aqui
557 rapidamente os espelhos das reuniões que foram executadas essas reuniões do dia 17 de
558 novembro e 1º de dezembro. Se vocês chegaram a ler, a gente fez uma tabulação, onde a
559 gente pegou todas as contribuições que nós recebemos e avaliamos no sentido de tentar
560 encaixar na medida do possível, se alguma coisa não foi pertinente a gente justificou, mas
561 a grande maioria das contribuições foi aceita e foram compiladas, enfim. Nós recebemos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

562 contribuição extra, além dos representantes do Conselho, essas contribuições do grupo
563 Atua POA Todos Nós. Foi bem interessante, teve várias contribuições e a gente ajustou
564 bastante coisa ali na minuta para contemplar as contribuições deste grupo. A única
565 questão do grupo Atua POA é que eles fizeram contribuições sobre a minuta antiga, que
566 não tinha sido ajustada ainda. Então, tem alguns itens que nós colocamos como excluídos,
567 porque a gente restringiu a minuta à própria revisão do Plano Diretor e aquela minuta
568 anterior colocava outros processos que estavam envolvidos dentro da cooperação técnica
569 com o PNUD. Então, nós disponibilizamos acesso. E dentre as principais contribuições
570 recebidas que eu gostaria de pontuar que a gente agregou na instrução normativa, é
571 deixar bem claro o papel do CMDUA participando do processo desde o início, até junto à
572 Câmara de Vereadores lá no fim. A garantia de participação mista, que isso foi pontuado
573 por mais um conselheiro. Então, a participação é livre, embora os temas sejam diferentes
574 nos diferentes grupos. A questão da capacitação dos conselheiros e dos delegados. A
575 continuidade do andamento dos trabalhos. Então, estamos dando continuidade aqui nesta
576 reunião. A questão de realização de audiências públicas temáticas e regionais, a gente
577 entende que está contemplado, porque essas audiências vão ser deliberadas no decorrer
578 do processo junto com os grupos de trabalho. Foram apontadas questões de correção no
579 prazo decorrente da pandemia, nós fizemos. E também a ideia de previsão de outros
580 grupos de trabalho, que a gente entende que inicialmente esses são os grupos principais,
581 mas que a gente deixou aberto ali na instrução normativa, por deliberação dos grupos, a
582 criação de grupos temáticos específicos, dependendo do desenvolvimento dos trabalhos.
583 Também foram efetuadas complementações e correções gerais no texto, que elas estão
584 parcialmente atendidas, estão escritas exatamente ali nas planilhas que estão com vocês.
585 Então, dessas contribuições a gente fez uma compilação e ajustamos a minuta,
586 disponibilizamos para vocês no dia 14 de janeiro. E a partir daí espere para a gente poder
587 dar continuidade que a gente aprove a minuta e que a gente passe em seguida a formar os
588 grupos de trabalho, enfim, para a gente poder neste ano de 2021 trabalhar em conjunto
589 efetivamente, no desenvolvimento desse processo. Era isso. **Germano Bremm,**
590 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
591 **SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, pelo excelente trabalho. Parabéns à equipe muito dedicada
592 em construir um processo democraticamente participativo, bem elucidativo, que a gente
593 vem discutindo há algum tempo a instrução normativa. Também tivemos uma participação
594 com o próprio Ministério Público e hoje a Patrícia traz um apanhado geral de todo esse
595 processo, de como vai funcionar, o que foi colocado oportunamente em outras
596 oportunidades para os demais conselheiros. É um momento importante, onde a gente
597 delibera a base da recisão do Plano Diretor. Na sequência vão poder desenvolver os
598 trabalhos com tranquilidade, com o procedimento organizado, regado, cada um
599 entendendo o seu papel dentro desse processo. Temos inscritos para debater? (Lista de
600 inscritos). Em não havendo mais inscritos abro a palavra ao Conselheiro Mark. **Mark**
601 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
602 **SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Eu queria começar agradecendo e cumprimento o
603 trabalho da Patrícia, de todas as colegas que fizeram a sistematização e de nos trazer
604 todo esse conjunto de documentos que historiam e detalham todo o esforço que foi feito do
605 ano de 2020 para organizar as nossas propostas de revisão do Plano Diretor. Eu estive
606 lendo atentamente a minuta da instrução normativa de 2021 e queria trazer uma
607 observação para o nosso plenário. Ali eu senti falta de que nós registremos nos
608 consideramos a questão da pandemia e da sua duração. Eu acho impossível que nós



609 façamos uma revisão do Plano Diretor no ano de 2020 e 2021 e não mencionemos a
610 ocorrência da pandemia e a necessidade que nós tivemos de nos adaptarmos a essa
611 situação. Então, considero importante que apareça ali um quarto considerando,
612 considerando a pandemia e a sua duração, os riscos para saúde e as dificuldades para os
613 encontros presenciais. Então, que nós tenhamos aí é um tipo de cuidado registrado e
614 mencionado dentro da nossa instrução normativa. E o meu comentário que eu gostaria de
615 trazer ao nosso plenário é que esta inclusão desse tema faz com que nós tenhamos que
616 fazer uma adaptação aos vários artigos que estão elencados aqui dentro da IN. Nós
617 teríamos que prever que compete à coordenação técnica nos termos que estamos levando
618 em conta a pandemia. Quando se estabelece normas e procedimentos nós precisamos
619 levar em conta esse tema, fazendo adequação nos vários artigos em que compete ao
620 Conselho Municipal de Desenvolvimento no âmbito do trabalho de revisão, colocar ali:
621 trabalhando remotamente. Tem que ser incorporada, compete ao GT consultivo, no art. 10,
622 composto por integrantes, trabalhando inclusive remotamente. Então, essas questões eu
623 achava importante que nós incluísimos na nossa instrução normativa para bem caracterizá-
624 la no momento histórico que nós estamos vivendo. (Sinalização de tempo esgotado). Isso
625 repercute em todo o texto. Só um pouquinho, Presidente, só um minutinho, que eu queria
626 registrar que em determinado momento talvez, quando a gente fala em reuniões, tanto do
627 ponto de vista das entidades, como do ponto de vista das regiões de planejamento, eu
628 sugiro que nós tenhamos a possibilidade de incluir dentro desse processo de discussão os
629 quilombos e as aldeias indígenas que estão dentro do território de Porto Alegre e que
630 precisariam ser incluídas no processo de discussão, chamando-as nas regiões, levando
631 em conta essa característica. Obrigado, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
632 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha primeira colocação é
633 parabenizar a equipe da Patrícia, em teu nome parabeno toda a equipe. Eu gostaria que
634 fosse disponibilizada a apresentação para que a gente possa ter uma visão mais ampla
635 dessa compilação que foi feita pela Secretaria. Eu ainda entendo que o CMDUA deve ter o
636 caráter deliberativo e não só opinativo. E ali na minuta diz: “Discutir, propor e opinar”. Eu
637 acho que o Conselho tem uma amplitude muito maior, nós temos o caráter de deliberação
638 também, sobre qualquer assunto, principalmente sobre a dinâmica da revisão do Plano
639 Diretor. Eu li atentamente a compilação, bem como a instrução normativa, e algumas
640 coisas para mim ficaram muito em dúvida e eu quero propor outra reunião antes da gente
641 bater o martelo, que é a questão das oficinas. Parece que já foram realizadas as oficinas
642 das regiões de planejamento, que é importante a gente ter uma avaliação desse retorno,
643 através dos fóruns de planejamento. Nós temos que valorizar os fóruns regionais de
644 planejamento. Então, é importante que isso esteja reforçado na instrução normativa. Por
645 fim, eu queria dizer da questão dos movimentos sociais, não pode ser excluída a
646 importância dos movimentos sociais, tanto que o Atua POA somos todos, ele tem mais de
647 80 movimentos e entidades que fazem parte do Atua POA. Então, é importante que não só
648 a sociedade civil organizada, mas os movimentos também sejam incluídos na discussão da
649 revisão do Plano Diretor. Então, era isso e proponho uma nova reunião, porque 2 minutos
650 é muito pouco para um assunto tão importante. Obrigado, Secretário. **Emílio Merino**
651 **Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**
652 Secretário, eu me junto a todos os colegas para parabenizar realmente, de coração e de
653 espírito, toda a equipe, em nome da Patrícia que levou esse processo participativo, sobre
654 tudo colaborativo, considerando todas as palavras que todo mundo reclamava desde o
655 início. Essa manifestação é de interesse de cada um de nós, que por parte da Patrícia se



656 consolidou em um documento que neste momento está pronto de ser votado, a parte final.
657 Então, cabe muito mérito a vocês de terem levado todo esse processo de forma
658 transparente, que é o que a gente estava reclamando, nesse sentido. Então, parabéns a
659 todos vocês, acredito que o documento está bastante maduro para poder entrar no
660 processo de votação, salvo algumas pequenas coisinhas, que eu deixo a modo de
661 colaboração, a modo de reflexão e se for possível inserir dentro de todo esse processo.
662 Patrícia, por favor, coloque a tua apresentação para que eu possa referir, especificamente,
663 que são dois pontinhos chaves para mim. Na primeira parte da tua apresentação tu falas
664 sobre a estruturação dos grupos de trabalho dos GTs. Então, toda essa questão está em
665 função da coordenação técnica, mas não devemos deixar passar que o Plano Diretor não
666 é um plano especificamente técnico, pois tem um componente e muito político. Neste caso
667 eu pediria, dadas as experiências que se tem em todas as cidades do Brasil, por exemplo,
668 poder inserir se possível, porque são diversas metodologias para poder organizar um
669 plano de revisão, lá na parte do Comitê, o grupo executivo, onde entra o Prefeito Melo,
670 que já estava aqui presente, quando entra o Secretário da SMAMS, onde entra o
671 Secretário da mobilidade, três ou quatro principais, que o grupo executivo se reúna a cada
672 três meses só para orientar a política, porque eles são da parte mais interessada para
673 poder levar. Então, incluir esse grupo executivo como mandante de todo esse processo.
674 Eu acredito que o Secretário Germano deveria estar incluído nessa parte e colocar
675 tacitamente, por escrito, que dentro do grupo técnico também está como membro
676 assessor, ou segunda parte, o PNUD e a UFRGS, porque são parte do grupo técnico que
677 vai colaborar com insumo para a elaboração do documento final. Por último, não está
678 ainda muito claro em relação aos grupos, por exemplo, o Arquiteto Gomes, que é
679 representante de uma região de planejamento, está no Conselho, é diretor no CMDUA,
680 estaria dentro do conselho técnico, porque ele é arquiteto e é técnico e poderia estar no
681 conselho consultivo com três ou quatro participantes. Então, deveríamos delimitar
682 especificamente esse grupo técnico para entidades e organização civil consultada, porque
683 o CMDUA é uma parte e assim sucessivamente. Por último, faltaria na questão de
684 aprimorar como vai ser a gestão especificamente desses grupos de trabalho, por mais que
685 estejam especificadas as funções que tu declaraste, mas seria interessante colocar um
686 capítulo, uma coisa onde a gestão, como seria isso e quais seriam os processos de
687 votação, por exemplo, se é que teremos algum tipo de votação de algum relatório. Como
688 se daria? Eu acredito que com isso arredondaria a proposta e acho que já está
689 suficientemente para iniciar esse processo de votação. Muito obrigado. **Claudete Aires**
690 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite,
691 gente. Eu queria também saudar a Patrícia, ela trouxe todo o resgate desse processo de
692 como ele começou, como chegou até nós hoje. Então, se eu não estou enganada, esta é a
693 terceira versão da instrução normativa que recebemos agora. A gente recebeu no dia 14
694 de janeiro e é a primeira vez que a gente está se debruçando sobre ela para discutir.
695 Gostaria muito e acho que a gente tem a expectativa de realmente aprovar, finalizar, mas
696 como colocou o Emílio, acho que tem algumas coisas, como a gente está recebendo agora
697 e é o primeiro momento que a gente está discutindo, caberia a gente dar alguma olhada.
698 Não vou entrar nos pontos que o Emílio já colocou, mas tem algumas questões que me
699 chamam a atenção. Uma instrução normativa vem exatamente para normatizar, ela vem
700 para estabelecer a regra. E aí quando eu me deparo na instrução normativa fico na dúvida:
701 a regra é fazer parecer? A regra é participa ou é quando couber? Então, eu pego, por
702 exemplo, o nosso código de para civil, que tem mais de mil artigos e eu vou encontrar essa



703 expressão “quando couber”, apenas duas vezes no nosso código de processo civil. Na
704 nossa instrução normativa, que nós temos pouco mais de 30 artigos, cerca de 40 artigos,
705 tenho uma expressão desta. Então, ela nos dificulta de saber qual é a regra, porque a
706 instrução normativa não é para estabelecer exceção, a lei não tem como estabelecer todas
707 as exceções, a gente precisa saber a regra. Eu até estava na expectativa, porque na
708 última vez que nós conversamos no Conselho foi colocado que viria um parecer da
709 Procuradoria, até entendo que o parecer não seria só para ver a questão de
710 inconstitucionalidade, mas também essa questão de adequação. A gente não precisa ver
711 apenas questões legais, mas a adequação disso, porque daqui a pouco o que não ficar
712 bem adequado aqui, o que não ficar na regra bem explícita, ela vai ter dificuldade lá na
713 frente. Nesse sentido, foi muito bem colocada a questão que foi trazida, a questão dos
714 papéis, eu acho que foi esclarecida a questão dos papéis de cada grupo de trabalho. Falta
715 sim, como colocou o Emílio, uma questão de cogestão, não está bem delimitado. Eu acho
716 que também é uma questão de autonomia nos grupos. Eu acho que está faltando uma
717 questão de autonomia. Outra questão que me chamou atenção, por exemplo, na leitura
718 comunitária ele está restrito à sociedade civil organizada, isso aparece em vários
719 momentos do texto. Eu estou restringindo a sociedade civil organizada, eu estou excluindo
720 uma parcela da população e nem toda a parcela da população é organizada, nós temos os
721 movimentos sociais. E nós não podemos deixar de considerar e contemplar eles dentro
722 dessa revisão. Então, eu acho que tem algumas coisinhas que a gente tem que verificar.
723 Então, temos que ver qual é a nossa regra, como vamos estabelecer, tem que ver essa
724 questão da gestão, os atores não estão claros. Tem ali também no grupo técnico, por
725 exemplo, que está só as universidades e eu me lembro que no grupo de trabalho nós
726 tínhamos, se não me engano, o pessoal do IUA, do Instituto Urbano Ambiental. Então,
727 nessa formatação que está colocada aqui eles já não podem mais participar, ou seja, teve
728 uma alteração. Então, eu acho que nós temos que verificar melhor essas questões assim.
729 No inicial tem só uma questão de detalhe, que embora a instrução normativa deveria ter
730 começado lá e nós começamos agora, eu também estava esperando que viesse um
731 relatório de atividades, Patrícia, que tu tinhas ficado de trazer, né. Não sei se é adequado
732 nós mantermos, porque nós não temos esse relatório das atividades que já foram
733 desenvolvidas. O tempo rege o ato no Direito, né. Então, essa instrução normativa vai para
734 frente. Se nós vamos colocar aqui que as atividades vão estar contempladas, então, é bom
735 a gente esclarecer também que atividades foram essas, para que se tenha um
736 esclarecimento e uma clareza. Era isso, por enquanto. Obrigada. **Germano Bremm,**
737 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
738 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete, na sequência nós temos o Conselheiro
739 Fausto, a quem eu aproveito para parabenizar, o importante papel do IAB na nossa
740 sociedade, que faz um importante debate com a comunidade de Porto Alegre. Então,
741 transmita, por favor, à direção, em nome deste Conselho as nossas felicitações. **Fausto**
742 **Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado. Agradeço ao
743 Secretário pelas felicitações e aos outros conselheiros e conselheiras também que se
744 manifestaram. O IAB comemora o seu centenário e devido à pandemia, como eu já escrevi
745 ali, as comemorações ficam atreladas um pouco ao momento que nós estamos vivendo.
746 Bom, nos meus 2 minutos eu queria fazer umas colocações, que também foram
747 contempladas pelos conselheiros que vieram antes. Eram dois temas basicamente que
748 envolvia a questão da própria participação e que toca muito no que o Conselheiro Mark
749 alertou. Eu acho que isso já foi em outros momentos também conversado, que é o tema



750 que nos vemos hoje, a pandemia, ou seja, tem que fazer parte em algum momento desta
751 instrução normativa referências ou indicações, encaminhamentos a toda essa incerteza
752 que vamos ter pela frente, mas, enfim, nós não paramos, seguimos com os nossos
753 planejamentos, mas a realidade está um pouco diferente e podemos ser conscientes de
754 que não vai mudar tão rápido. Então, eu acho muito importante a colocação do Mark, que
755 vem muito do que o Conselheiro Rafael já colocou em outros momentos, a questão de
756 como vão ser essas participações. A gente está indo mais para o lado on-line e isso
757 sempre é um problema, não temos muitas experiências, acúmulo de experiências desses
758 registros, dessas participações online e o que tende é imaginarmos esse cenário pela
759 frente. Então, o IAB aí estar sempre atento e sempre forçando, sempre recomendando e
760 sempre colocando essa observação, essas metodologias, enfim, esses procedimentos têm
761 que ser o mais abertos possível e descrito dentro do que vai se fazer. A gente entende,
762 claro, que muita coisa vai ser ao longo do processo, mas acho que dentro da instituição
763 normativa já poderia conter alguma coisa quanto a isso. O outro ponto foi justamente o que
764 o Merino tocou, que é quanto à questão da gestão dos conselhos, dos GTs, principalmente
765 os consultivos, os GTs como um todo, de quem faz essa gestão. Eu vi, tem um *slide* que a
766 Patrícia apresentou e também parabeno toda a equipe técnica. Faz um tempo que como
767 conselheiro suplente não venho e quando volto vejo que há todo um esforço de apresentar
768 isso, essas alterações e isso realmente é de se parabenizar. E o que eu estava
769 comentando é justamente isso, tem um slide ali que tem a união do GT consultivo técnico e
770 o das regiões, como um GT único, mas, acima disso, de toda essa gestão, como muito
771 bem colocou o Merino. Eu acho que o meu tempo também deve estar chegando, mas
772 também corroboro com o que a Claudete falou, sobre esse maior detalhamento ou
773 explicação do que a gente puder se aproximar dentro de uma instrução normativa de como
774 vão ser feitas essas atividades, vai ao encontro do que eu estava dizendo, principalmente
775 da parte das participações, como vão se dar essas participações, quem é quando a gente
776 descreve a sociedade civil, quem a gente deixa de fora. É mais nesse sentido. Muito
777 obrigado e boa noite todos os conselheiros. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),
778 Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a
779 todos e todas. Eu vou aproveitar, primeiramente, em nome do Sindicato dos Arquitetos do
780 Estado do Rio Grande do Sul fazer uma homenagem especial ao IAB, nosso coirmão que
781 historicamente lutamos juntos por uma série de questões dos arquitetos urbanistas. E
782 deixar aqui nosso registro aos 100 anos do IAB. Já foi falado muito, mas nós temos uma
783 relação próxima, quase que irmãos, nessa luta dos profissionais da arquitetura. O que eu
784 queria falar, não quero ser repetitivo, mas também vou citar alguns aspectos que eu acho
785 importante, que já foram discutidos e que no meu ponto de vista deveriam ser
786 considerados, primeiro que questão deliberativa do Conselho. Como já foi dito até pelo
787 próprio Ministério Público, isso aí não é uma questão de gosto ou de opinião, é lei, o
788 Conselho tem um caráter deliberativo e principalmente lá no art. 9º - “Compete ao
789 Conselho discutir, propor e opinar”. Deveria estar incluído “deliberar”. Na segunda questão
790 que eu levanto é em relação ao que o Mark falou. E aí eu também quero fazer uma
791 homenagem aos técnicos da Prefeitura, a todo mundo que participou e produziu, inclusive,
792 ao próprio conselho, eu acho que a gente amadureceu em um documento muito bom, com
793 algumas questões a serem colocadas e que certamente deverá ter segmento. Eu sempre
794 digo que o a instrução normativa e esses documentos, na verdade, o papel aceita tudo, a
795 gestão dessas questões que vão definir realmente o nosso processo participativo, todos
796 esses aspectos que a gente sempre vem defendendo. No Capítulo II da leitura da cidade,



797 também entendo que deveria ter um plano B, alguma coisa que mencionasse, porque
798 provavelmente não está, apesar de todo esse otimismo e eu falo a partir de informações
799 do pessoal da saúde, todo esse otimismo com a vacina, provavelmente até metade do ano
800 ou mais ainda estaremos presos nas nossas residências etc. Não será tão tranquila assim
801 como vem se divulgando. Tomara que o pessoal que informa isso, o pessoal ligado à
802 saúde, esteja enganado. Então, eu acho que teria que ter uma previsão, alguma coisa que
803 falasse na leitura da cidade, é complicado fazer a leitura da cidade via reuniões virtuais.
804 Eu não quero aqui anular todo esse trabalho, mas eu gostaria que a gente tivesse algum
805 plano B para que não se frustrasse mais adiante. A terceira parte também que eu queria
806 falar, até o Felisberto falou sobre as oficinas, particularmente no art. 24 fala da leitura da
807 cidade, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgados
808 com antecedência de pelo menos 15 dias corridos. Eu não sei qual é a previsão nesse
809 nosso andar de que ocorram essas oficinas, mas também vejo algumas questões que
810 deveriam ser pensadas. Não estou querendo mudar o documento com isso, mas para que
811 a gente não se frustre mais adiante. Por fim, eu estou repetindo, parabenizar toda a equipe
812 e o próprio Conselho. Eu acho que é, acho não, eu tenho certeza é um bom trabalho, com
813 algumas lacunas, como já foi dito. Dificilmente em um grupo tão grande de conselheiros
814 que representam diferentes opiniões e segmentos da sociedade, nós teremos um
815 consenso sobre algum documento. Eu acho que essa instrução abrange a maioria das
816 questões, e como dizem alguns, no andar da carreta as coisas se acomodam, eu não
817 acredito muito nisso, mas eu acho que é o caminho que vai se ter. Obrigado. **José**
818 **Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**
819 **Arquitetura – ÁREA:** Boa noite a todos. Em primeiro lugar, em nome da ASBEA, queria
820 parabenizar o IAB pelo centenário, é um instituto muito importante para nós arquitetos, que
821 defende muito as nossas causas para uma cidade melhor para todos. Então, gostaria de
822 parabenizar em nome da ABEA. Em segundo lugar, o prestígio do Prefeito ter participado
823 da reunião hoje mostra a importância do nosso Conselho perante o muito, perante a
824 criação do novo plano. Isso reforça o Conselho como um todo, como a todos nós. Em
825 terceiro lugar, principalmente, dar os parabéns a toda equipamento, principalmente a
826 Patrícia, que vem conduzindo a toda essa documentação que foi dada como base para a
827 instrução normativa que estamos discutindo hoje. A gente leu, nós dentro da ASBEA
828 debatemos um pouco, analisamos, a gente acha que ela está madura o suficiente para
829 votação, para ser encaminhada. Algumas correções vão acontecer ao longo do processo,
830 não temos como ter 100% de consenso entre todos. Ela está madura e ao longo do
831 processo a gente vai conseguir fazer alguns ajustes, algumas correções de rumo, de como
832 vão acontecer as oficinas, como vai se dar ao longo da pandemia. Essa vacinação
833 ninguém sabe exatamente como vai ser, daqui a pouco em 3, 4 meses a gente pode estar
834 fazendo as oficinas presenciais e não mais remotas. Então, isso vai se dar ao longo do
835 processo. A gente está vivendo uma pandemia, ninguém sabe como isso vai ser e fica
836 muito difícil colocar isso em um documento. Então, na nossa visão este documento está de
837 acordo sim, está bem maduro. A observação do Emílio eu acho bem interessante da gente
838 ter um grupo executivo, eu acho que reforça, traz uma visão mais macro de como o
839 município entende que pode acontecer. Isso reforça a criação de todos os grupos, como
840 vai trazer um debate ao Plano Diretor de diversos olhares, mais participativo em relação
841 ao que a gente tem hoje regendo. Então, da nossa visão está bem encaminhada essa
842 situação. era isso que eu tinha a colocar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
843 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem.



844 Obrigado, Conselheiro Rodolfo. Devolvo a palavra à Conselheira Patrícia para fazer as
845 observações. Lembrando que aqui a gente traz para debate, como bem dito por todos os
846 conselheiros. A gente prevê todas as situações, como disse o Conselheiro Hermes, é um
847 conselho muito plural. Então, dificilmente a gente consegue às vezes prever todas as
848 nuances, enfim, todas as observações. E para isso a gente organizou alguns tempos de
849 discussão, de contribuição, para de fato chegar no momento hoje com essa proposta final
850 e se colocar em votação. Entendo as manifestações das mais diversas, acho importante
851 também comentar a contribuição que trouxe o Conselheiro Emílio, o Conselheiro Rodolfo
852 reforçando no sentido de que aqui na instrução normativa a gente tem uma regra básica
853 de funcionamento, da inteiração do Conselho, dos grupos de trabalho, da equipe da
854 Secretaria, mas o projeto como um todo também tem um regramento, o projeto da
855 cooperação, tem um diretor nacional na figura do secretário, tem o diretor técnico na figura
856 da Coordenadora de Planejamento e se insere dentro da competência do poder executivo,
857 que tem uma hierarquização, tem o prefeito municipal. Então, esse processo sem dúvida
858 terá a participação de todos os atores, demais secretários municipais, é um projeto muito
859 transversal. Então, o processo como um todo vai ter sem dúvida essa participação, não vai
860 se limitar a essa regra ali estabelecida. Aqui a gente traz essa base de funcionamento dos
861 grupos, dos trabalhos, das inteirações externas, como o poder público, para a gente ter um
862 pouquinho mais de segurança e avançar no processo para as próximas etapas. Patrícia,
863 por favor, para consolidar a tua fala final. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),
864 Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –
865 SMAMUS:** Eu só queria pontuar que nós deixamos à disposição, nós apresentamos uma
866 primeira versão ou uma segunda versão, como a Claudete pontuou, onde nós deixamos
867 por dois meses e meio disponível para vocês olharem, nós reiteramos diversas vezes a
868 inserção de contribuições e sabendo que o processo tem certa transformação no decorrer
869 do período, a gente deixou em aberto algumas questões, tipo formação desses grupos de
870 trabalho que forem necessários, a questão dos processos de participação que alguns
871 pontuaram. Foi colocado ali que essa deliberação ou a organização desses processos de
872 participação vão ser discutidos dentro desse grupo de trabalho e vão ser discutido junto ao
873 Conselho, antes de serem efetivamente implementados. Então, a ideia é que a construção
874 de todo o processo passe por essas instâncias antes dele, vamos dizer, ir para a rua, dele
875 ser executado no todo. Então, principalmente, quando fala de deliberação, eu entendo que
876 o Conselho está totalmente inserido dentro do processo, inclusive, o Conselho é o que
877 aprova as etapas, as conclusões das etapas. É a coisa mais importante que tem antes de
878 ser encaminhado, nenhuma etapa vai ser construída sem antes passar pelo Conselho.
879 Então, eu acho que esse caráter deliberativo está bem consagrado ali na minuta e a
880 participação ampla, nós vamos ter um ano de plena interação. E em relação à questão de
881 iniciar os processos de participação, a gente tem plena ciência disso, mas independente
882 de qualquer coisa, o momento em que a gente aprova essa minuta nós como o grupo em
883 conjunto podemos, nós podemos começar a trabalhar. O Conselho junto com a Prefeitura
884 vai dar o andamento dos próximos passos, enquanto nós não temos os resultados dos
885 estudos a gente vai trabalhando a questão da participação. Tem as participações, aquelas
886 que vêm dos resultados, mas tem visitas às regiões, enfim, conversas com os delegados, a
887 gente pode fazer diversas ações, só que a gente vai estar realmente legitimados dentro do
888 processo para ir registrando isso. Então, eu rogo a vocês que a gente aprove a minuta e aí
889 no decorrer do processo, se tiver que fazer alguns ajustes nós vamos fazendo. Deixa eu só
890 comentar a respeito da questão das oficinas, que o Felisberto tinha comentado, que a



891 gente sabe que não conseguimos tendo em vista a pandemia, fazer a apresentação das
892 oficinas nas regiões, mas nós continuamos com essa pendência. As equipes técnicas
893 ainda querem fazer essa as devolutivas. Então, tão logo libere a questão da participação,
894 enfim, por causa da pandemia, a gente se compromete aqui a fazer realmente essa
895 participação nas regiões para fazer a devolutiva, porque a população espera, com certeza
896 essa devolutiva. Então, falando de maneira geral, eu acho que nós temos condições de
897 aprovar essa minuta e a gente pode até pontuar essa questão do grupo executivo, que eu
898 achei interessante também, mas como Germano pontuou, a gente trabalha em outra ta,
899 mas sempre trocando informação com vocês. E entendo importante colocar algum
900 considerando em relação à questão da pandemia para a gente fechar, mas acho que
901 essas duas coisas, as demais eu entendo que elas podem ser discutidas nos grupos de
902 trabalho e desenvolvimento dos processos, que vão ser feitas em conjunto. É isso que eu
903 queria pontuar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Questão
904 de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
905 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem era para dar uma
906 informação, que a Delegada Michele da RGP 8 fez uma colocação, que gostaria de ter se
907 manifestado hoje sobre a questão da balneabilidade do Lami e do Extremo Sul, as
908 medições que estão sendo feitas e que deveriam ser feitas desde o mês de dezembro. E
909 houve uma diminuição nas medições. Então, essa era uma Questão de Ordem. A segunda,
910 Secretário, é que fosse colocado em votação nominal e se possível eu gostaria de fazer a
911 declaração de voto. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
912 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro
913 Felisberto. Conselheiro Emílio Questão de Ordem. **Emílio Merino Dominguez (2º**
914 **Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Secretário, peço
915 desculpas, porque eu não sei se é uma Questão de Ordem ou não, mas acredito que é
916 importante, ressaltando o que a Patrícia falou. Realmente, eu pessoalmente me sinto
917 envergonhado sem poder sustentar algo a mais, porque a administração todo o formato,
918 todo o tempo necessário e ainda seguimos nessa questão de poder corrigir. Então,
919 acredito que dada a boa fé e a manifestação, a transparência como a Prefeitura está
920 trabalhando neste momento, eu acredito que sim, que podemos votar. Eu me sentiria muito
921 seguro se Patrícia ou através do Secretário manifestarem que essas pequenas correções
922 vamos corrigindo no decorrer do tempo, aí eu me sentiria totalmente considerado e
923 tranquilo de poder votar como instituto CAU, não como Emílio, mas sim como CAU. Outra
924 coisa muito importante, Patrícia, temos muitos erros quando construímos um Plano Diretor,
925 é a locação do pessoal técnico da Prefeitura, como eu já vi, mas teria que ser dedicação
926 exclusiva. Então, isso é importante, porque a partir da construção, a partir dessa
927 deliberação já se constrói o grupo de trabalho e o grupo de trabalho do Plano Diretor não
928 seriam 3 ou 4 pessoas da direção de planejamento ou de urbanismo da SMAMS, se não
929 for uma parte, umas 10, 15, 20 pessoas dedicadas ao Plano Diretor, aí eu vejo com bons
930 olhos que teremos um bom final para este plano. Sem isso dificilmente tu vais conseguir
931 um Plano Diretor que se ajuste a todas as necessidades. Desculpa, Secretário, por esta
932 interrupção. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
933 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Imagina. Obrigado, Conselheiro Emílio, sem
934 dúvida as contribuições podem ser ajustadas, melhoradas ao longo dos processos.
935 Lembrando que a ata desta presente reunião faz parte da votação, da instrução normativa.
936 Então, todas as manifestações colocadas são transcritas na ata, devidamente aprovada
937



938 pelos Senhores Conselheiros, que integra todo o processo de aprovação da presente
939 instrução normativa. Então, todas as contribuições aqui colocadas vão integrar a nossa
940 ata. Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio**
941 **Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha Questão de Ordem é justamente para conversar
942 com a Patrícia se ela considera uma lesão à construção normativa nós incluirmos o
943 considerando da pandemia. Eu acho que isso nós não podemos apenas citar a legislação
944 que está aí prevista, nós precisamos mencionar a existência desse evento poderoso e
945 fazer, inclusive, as adequações necessárias. Se isso estiver garantido eu acho que nós
946 teríamos condição de votar, mas se isso não pode ser incorporado, o que eu acharia uma
947 contradição e um contrassenso, Edu acho que nós não poderíamos encaminhar à votação
948 hoje. Por isso eu faço a pergunta, Secretário e Patrícia. Obrigado. **Germano Bremm,**
949 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
950 **SMAMUS:** Conselheira Claudete Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular),**
951 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nessa questão de ponderação
952 trazida pelo Conselheiro Mark, eu acho que ela está tão redonda, tão ajustada, mas para
953 que nós vamos postergar ajustes ou rediscutir algo que nós já amadurecemos? Nós
954 precisamos pontuar pequenas coisas, ela está apta. Já são quase 20 horas. Então, por
955 que não fazemos esses ajustes que são necessários e vão ser produtivos, vão refletir no
956 nosso trabalho lá na frente e deixarmos para fazer isso no meio do caminho quando a
957 gente pode fazer agora. Não há prejuízo nenhum para os encaminhamentos, não há
958 divergências, nós temos consensos, mas tem algumas coisas que a gente precisa pontuar.
959 Então, é regra fazer parecer? É regra. Então, vamos colocar que é regra fazer parecer.
960 Então, tem algumas questões. Ah, vamos criar esse tópico do executivo, que é
961 extremamente importante, vamos colocar esse tópico da questão da gestão? Tem coisa
962 que vão no andar da carruagem, beleza, mas a gente já começou o processo e não tinha
963 um regramento. Então, o momento é agora. Nós estamos maduros, estamos de consenso,
964 o trabalho foi muito bem feito. Então, pequenos ajustes é só pontuar, porque é a primeira
965 vez efetivamente que estamos discutindo neste último formato que nos foi passado. Até
966 nós aguardávamos a questão da reestruturação das secretarias para ver como ficava.
967 Então, gostaria de pontuar nesse sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
968 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
969 Conselheira Claudete, pela manifestação. Eu entendo, compreendo a manifestação de
970 todos, é o nosso papel ouvir todas as contribuições, mas a gente compreende que o
971 processo teve os momentos de participação, de contribuição, de validação, bem
972 apresentados pela equipe da Patrícia. Como eu disse anteriormente, dificilmente a gente
973 consegue contemplar todas as situações, mas é o processo, um procedimento para a
974 gente chegar hoje e colocar em pauta, conforme havíamos previamente estabelecido,
975 botar em discussão para deliberação. A gente teria que respeitar esses momentos para
976 inserir alguma questão diferente, alguma contribuição. Então, teve os momentos de
977 contribuição e o que foi apresentado hoje é o fruto desses momentos, dessas
978 oportunidades. Então, é nesse sentido que peço o empenho de vocês, todos participaram
979 junto com o Ministério Público em alguns momentos, foram muito incisivos. Embora a
980 gente estivesse com uma programação inicial nós recuamos em alguns momentos,
981 oportunizamos mais tempo, fizemos as discussões para a gente chegar neste momento
982 desta maturidade e fazer a discussão e deliberar. Já são 19h54min, acho importante a
983 gente colocar em votação a presente instrução normativa para avançar na nossa revisão
984 do Plano Diretor, que eu sei que todos vocês têm o maior interesse em contribuir, em dar a



985 sua contribuição para a cidade como um todo. Nesse sentido eu abro à votação,
986 consultando a Conselheira representante do DEMHAB, como vota em relação à instrução
987 normativa que rege o procedimento para revisão do Plano Diretor do Desenvolvimento
988 Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. **VOTAÇÃO NOMINAL:**
989 **INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE REGE O PROCEDIMENTO PARA REVISÃO DO**
990 **PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO**
991 **ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:** Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular),
992 Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: DEMHAB vota favorável. Júlio
993 César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação –
994 EPTC: EPTC vota favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:
995 Favorável. Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de
996 Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Patrícia da Silva
997 Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e
998 Sustentabilidade – SMAMUS: Favorável. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria
999 Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Gabriela da Silva
1000 Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana –
1001 SMIM: (Sem microfone). Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal
1002 de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Rômulo Krafta (Titular), Universidade
1003 Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular),
1004 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Acho
1005 lamentável que um processo tão interessante, tão participativo, acabe sendo simplesmente
1006 homologado pelo Conselho e não discutido, aceita pequenas alterações que estava se
1007 propondo, que o pessoal estava tentando contribuir e pequenas alterações. Então, se
1008 pudesse continuar a discussão, mas sou obrigado a votar contrário. **Claudete Aires Simas**
1009 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Uma pena que em um
1010 processo democrático, quando tem uma questão colocada assim, ela realmente é colocada
1011 para a discussão do plenário. A gente continua com o Secretário dizendo como a gente vai
1012 encarar. É a minha declaração de voto, Secretário. A gente continua com o Secretário
1013 dizendo que vai ser o encaminhamento, a gente não tem efetivamente um processo
1014 democrático. À ACESSO não resta alternativa senão se abster desta votação, porque eram
1015 pequenas coisas que a gente vai ter que retomar e rediscutir lá na frente. **Gabriela da**
1016 **Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade**
1017 **Urbana – SMIM:** Favorável à instrução normativa. **José Rodolfo Fork (1º Suplente),**
1018 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Emílio**
1019 **Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**
1020 **CAU/RS:** Secretário, favorável com as pequenas alterações propostas pelo CAU. **Fausto**
1021 **Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O IAB se abstém.
1022 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
1023 **Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu voto favorável com a seguinte declaração de
1024 voto, é bem curta. Meu voto é favorável com o alerta que faltou incluído no texto questões
1025 relativas aos prejuízos do desenvolvimento dos trabalhos referente ao isolamento social
1026 em virtude da pandemia do Covid-19, assim como maiores definições sobre a participação
1027 da sociedade nas várias etapas. Eu vou mandar por escrito amanhã a declaração de voto.
1028 Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio**
1029 **Grande do Sul - SENGE/RS:** Parabenizando o trabalho voto favorável. **Rogério Dal Molin**
1030 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, sou



1031 favorável à instrução e deixo meus parabéns para toda a equipe, que já participei de
1032 outras alterações de Plano Diretor, nunca vi um trabalho tão bem feito. Favorável. **Mark**
1033 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
1034 **SOCECON/RS:** Abstenção, Secretário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
1035 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu lamento não ser possível incluir no
1036 texto as alterações propostas. Então, nesse sentido eu vou votar contrário, mas quero
1037 deixar meus parabéns à equipe. Lamento neste momento não terem sido incluídas as
1038 ponderações dos demais conselheiros, que seria um acréscimo à minuta. E não
1039 esqueçamos que a minuta tem que estar sempre veiculada com o projeto de cooperação
1040 técnica internacional, temos que dar suporte jurídico para a minuta. Era isso e obrigado.
1041 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**
1042 **2:** Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**
1043 **Planejamento Três – RGP. 3:** Em primeiro lugar parabenizo a Patrícia e demais colegas
1044 que fizeram um belo trabalho que a gente acompanhou durante este período de outubro
1045 para cá. O meu voto é favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de**
1046 **Planejamento Quatro – RGP. 4:** Em função de ter todas essas controvérsias com relação
1047 à minuta, o trabalho das meninas foi excelente, gostei muito, mas eu acho que depois de
1048 um debate, nós estamos em um país democrático, depois de um debate nós deveríamos
1049 escutar os conselheiros e fazermos os ajustes necessários, porque todos temos o mesmo
1050 objetivo. Então, como não foi feito isso, foi tratado de maneira radical – não, não pode
1051 mudar, já foi feito. Então, o meu voto PE contrário. **Ricardo Angelini, (2º Suplente),**
1052 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável. **Luiz Antônio Marques**
1053 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente,
1054 reconhecendo o trabalho excelente desta equipe, coisa que eu também nunca vi, eu estou
1055 participando de revisão do Plano Diretor desde a década de 90, inclusive, como
1056 conselheiro do Plano Diretor. É um reconhecimento a todo este trabalho, a dedicação, a
1057 profundidade que estão nos colocando de mão beijada aqui para nós em plena pandemia,
1058 por favor, favorável e parabéns à equipe de trabalho. **Maristela Maffei (Titular), Região**
1059 **de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** (Não se encontra presente na sala). **Dinar**
1060 **Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:**
1061 Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
1062 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:**
1063 Primeiramente, parabéns ao trabalho desenvolvido. Pelo espírito democrático desta
1064 revisão eu voto favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
1065 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Consulto se
1066 alguém não votou e esteja presente, por favor, que se manifeste no *chat*. Em não havendo
1067 manifestação encerramos o período de votação, tendo 03 votos contrários, 03 abstenções
1068 e 20 votos favoráveis. Então, por maioria **APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE**
1069 **REGULA O PROCEDIMENTO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE**
1070 **DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE.** Um momento
1071 importante, a instrução normativa base do procedimento de revisão do nosso Plano
1072 Diretor. É o início de um processo participativo, de integração, de muito debate. A
1073 democracia prevalecendo, manifestações das mais diversas, tivemos momentos de
1074 contribuição, momentos de discussão, momento de deliberação. Eu peço sempre a
1075 compreensão de todos no sentido de que a gente para chegar no momento da votação, a
1076 gente passou pelo momento de contribuição, de que haja contribuição, de que sejam



1077 solicitadas as correções, que seja no âmbito da minuta apontadas as melhorias que
1078 deveríamos ter feito. Então, tivemos este momento anteriormente colocado, com prazos
1079 durante o nosso processo. Então, por isso que a gente chega na data de hoje e quando vai
1080 votar, embora eu entenda que vocês façam a leitura e tenham alguma opinião, alguma
1081 questão diversa, mas isso deve constar com o voto, a manifestação do voto por escrito,
1082 consta na ata, quando é feita a discussão e a observação por vocês. A ata que compõe a
1083 aprovação fica registrada essa manifestação. Então, é complexo, porque naturalmente
1084 existe um procedimento para a gente poder votar, tem momentos e têm que ser cumpridos
1085 para a gente poder fazer a discussão, senão a gente não consegue chegar no final. Se
1086 cada um trazer uma contribuição e a gente tiver que voltar para o início foija um pouco
1087 complexo da gente trazer. O espírito da democracia, da participação prevaleceu, eu não
1088 tenho dúvida que todos vocês vão contribuir em muito com a revisão do Plano Diretor.
1089 Espero que este Conselho siga no processo de revisão e na sequência a gente pode fazer
1090 uma discussão novamente com relação à eleição do Conselho. Ouvimos todos vocês na
1091 última reunião que tivemos sobre esse ponto, talvez não seja de fato adequado a gente
1092 fazer essa eleição, talvez seja adequado a gente continuar com esta composição do
1093 Conselho, que está extremamente preparada para nos auxiliar no processo de revisão do
1094 Plano Diretor. Então, talvez a gente prorogue o mandato pelo período de revisão do Plano
1095 Diretor, para os próximos 2 anos. Então, estamos fazendo essa reflexão aqui. Acho bem
1096 oportuno, a gente tem uma série de indefinições em relação à pandemia, mas acho que na
1097 sequência a gente pode conversar um pouquinho mais sobre interesse. Eu queria externar
1098 a vocês o nosso pensamento, talvez encaminhar o assunto nesse sentido, para de fato
1099 contar com esta equipe que está preparada, participou da base da construção da revisão
1100 do Plano Diretor e vai contribuir muito nessa revisão. Nesse sentido, após a aprovação da
1101 nossa instrução normativa agradeço à presença de todos. São 20h10min, desejo uma
1102 excelente noite e agradeço mais uma vez à oportunidade da troca, do aprendizado e do
1103 debate, Boa noite! **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h10min).**

1104
1105
1106
1107
1108
1109

1110

1111 **Germano Bremm**

1112 **Presidente**

1113

1114

1115

1116 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**

1117

1118

1119

Secretária Executiva

Relatora



MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE INSTRUÇÃO
NORMATIVA Nº XXX / 2021

INSTITUI O PROCEDIMENTO PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE (PDDUA) E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre , atendendo ao disposto no parágrafo 3º do art. 40 do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONSIDERANDO que, para a revisão do Plano Diretor, deve ser promovida a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, de acordo com o inciso II do art. 2º do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONSIDERANDO que é atribuição do Executivo Municipal a promoção de audiências e debates com a participação popular, a publicidade dos documentos e informações produzidos, bem como a garantia do acesso a qualquer interessado do material produzido, nos termos do parágrafo 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE, na condição de titular da Secretaria Municipal Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, órgão gerenciador do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, no uso das atribuições conferidas pelo art. 37 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e tendo em vista o disposto na alínea f, do inciso III, do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

TÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituído o procedimento para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.

Art. 2º Além das atividades já desenvolvidas que envolvem o processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, as demais serão regidas por esta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

Dos Objetivos. Art. 3º É objetivo do processo de Revisão do Plano Diretor aperfeiçoar a gestão do planejamento urbano para promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município de Porto Alegre, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 11- Cidades Sustentáveis.

Art. 4º Para garantir o cumprimento dos objetivos, quanto à gestão democrática e participativa, o presente processo se valerá de Leituras Técnicas e Comunitárias, nos termos do disposto nas legislações vigentes sobre o tema.

Art. 5º Para os fins desta instrução normativa considera-se:

I – Modelo Jurídico - o conjunto das diretrizes de planejamento e de desenvolvimento urbano e de instrumentos jurídicos e urbanísticos adotados pelo Município, expressos através da redação da lei;

II – Instrumentos Urbanísticos - o conjunto de ações e instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários, legalmente facultadas ao Poder Público para intervir na ordenação do espaço urbano, regulamentando, controlando-o ou direcionando-o, na forma do disposto na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, no que couber;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1164 III – Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) - processo contínuo, dinâmico e flexível com o
1165 objetivo de assegurar canais de participação da sociedade na gestão municipal, garantir o gerenciamento
1166 eficaz do planejamento e do desenvolvimento urbano, direcionado à promoção da melhoria da qualidade de
1167 vida das pessoas e à resolução das problemáticas sociais, urbanas e ambientais, com vistas a instituir um
1168 processo permanente de sistematização e atualização do PDDUA;

1169 IV – Leitura Técnica - leitura da realidade local, através de dados e informações técnicas, as quais devem
1170 ser consideradas para fins de obtenção de estudos, diagnósticos, elaboração e consolidação das propostas;

1171 V – Leitura Comunitária - leitura da realidade local através dos dados, das informações, das experiências e
1172 dos saberes das comunidades e da sociedade civil organizada, com o uso dos processos de participação, a
1173 qual deve ser considerada para fins de obtenção de diagnósticos, elaboração e consolidação das propostas.

1174 **TÍTULO II**

1175 **Do Processo de Revisão do PDDUA**

1176 **CAPÍTULO I**

1177 **Da Estrutura Organizacional do Processo de Revisão do Plano Diretor**

1178 **Art. 6º** Com vistas a garantir o controle social do processo, através da participação da população e de
1179 associações representativas dos vários segmentos da comunidade, o processo de Revisão do PDDUA será
1180 conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

1181 I – Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal do Urbanismo, Meio Ambiente
1182 Sustentabilidade (SMUMAS), composta por servidores da Diretoria Geral de Planejamento Urbano e
1183 Sustentável (DGPUS-SMUMAS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMUMAS;

1184 II – Grupo de Trabalho denominado GT Técnico Operacional (GT-TO), composto pelos órgãos da
1185 Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal;

1186 III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), com composição determinada
1187 no art. 40 do PDDUA;

1188 IV – Grupo de Trabalho denominado GT Consultivo Técnico (GT-CT), com representação composta por
1189 integrantes do CMDUA e por Universidades com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e
1190 Urbanismo e áreas afetas ao planejamento urbano, com sede em Porto Alegre;

1191 V – Grupo de Trabalho denominado GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com
1192 representação composta pelas 08 (oito) Regiões de Planejamento, bem como 01 (um) representante do
1193 Orçamento Participativo, bem como pelos demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em
1194 participação do grupo.

1195 **Parágrafo único.** Conforme necessidade no decorrer do andamento dos trabalhos, é facultada a formação
1196 de novos grupos de trabalho ou a inclusão de novos membros nos Grupos de Trabalho descritos nesta
1197 Instrução Normativa, a fim de possibilitar a participação de outras representações da sociedade, além de se
1198 garantir a criação de fóruns para discussão sobre temas específicos.

1199 **Art. 7º** Compete à Coordenação Técnica (CT), nos termos do disposto no art. 37 da Lei Complementar nº
1200 434, de 1º de dezembro de 1999 e na alínea “f” do inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de
1201 janeiro de 2017:

1202 I – promover a revisão e a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA,
1203 coordenando e gerenciando o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer do processo, com vistas a
1204 promover a sua efetiva realização;

1205 II – elaborar todo o material técnico necessário para o desenvolvimento do processo de Revisão do Plano
1206 Diretor, subsidiando-se das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de
1207 Trabalho, no que couber;

1208 III – estabelecer as formas de interlocução com a sociedade e entre os integrantes do Sistema Municipal de
1209 Gestão do Planejamento (SMGP), assegurando a interlocução com os órgãos municipais, com organismos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

- 1210 governamentais e não governamentais, bem como com os diversos segmentos da sociedade sobre as
1211 questões relacionadas à revisão do Plano Diretor;
- 1212 IV – estabelecer meios de sensibilizar e mobilizar a sociedade para debater as questões relativas ao
1213 planejamento urbano e ao Plano Diretor, com a finalidade de garantir a efetiva participação popular no
1214 decorrer do processo;
- 1215 V – manter e divulgar canais de comunicação que possibilitem a disponibilização de informações relativas ao
1216 processo de Revisão do Plano Diretor, que possibilite a formulação de consultas públicas e recebimento de
1217 contribuições oriundas da população em geral;
- 1218 VI – efetuar as convocações relativas aos processos de participação previstos, bem como efetuar as devidas
1219 divulgações, garantida a divulgação nos fóruns regionais de planejamento com o apoio dos conselheiros
1220 regionais;
- 1221 VII – coordenar as atividades relativas aos processos de participação previstos, bem como as reuniões dos
1222 grupos de trabalho;
- 1223 VIII – indicar a metodologia de realização das atividades desenvolvidas no decorrer do processo, em
1224 conjunto com os GTs, no que couber, considerando a característica da atividade a ser desenvolvida;
- 1225 IX – estabelecer o cronograma para o desenvolvimento das atividades, em conjunto com os GTs no que
1226 couber, considerando a característica da atividade a ser desenvolvida;
- 1227 X – oferecer suporte aos Conselhos Municipais em reuniões destinadas ao debate das matérias relacionadas
1228 à Revisão do Plano Diretor;
- 1229 XI – prestar esclarecimentos em eventos oficiais destinados ao debate das matérias relacionadas à Revisão
1230 do Plano Diretor;
- 1231 XII – sistematizar as informações obtidas ao longo do desenvolvimento das atividades relacionadas à
1232 Revisão do Plano Diretor, bem como analisar e compilar as propostas advindas dos processos de
1233 participação da sociedade e dos grupos de trabalho, garantido o retorno aos proponentes de alteração;
- 1234 XIII – elaborar a minuta de Projeto de Lei, bem como as regulamentações decorrentes dos resultados do
1235 processo;
- 1236 XIV – fornecer apoio técnico e esclarecimentos ao Legislativo para o debate e a discussão dos Projetos de
1237 Lei na Câmara Municipal.
- 1238 **Art. 8º** Compete ao GT Técnico Operacional (GT-TO), grupo de trabalho composto pelos órgãos da
1239 Administração Municipal, direta e indireta, no âmbito de suas competências, participar na elaboração e no
1240 desenvolvimento dos trabalhos, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas
1241 às políticas setoriais, envolvendo:
- 1242 I – fornecer os dados e informações que forem solicitadas pela Coordenação Técnica;
- 1243 II – colaborar na análise dos resultados dos estudos realizados, propondo ajustes e complementações,
1244 quando for o caso;
- 1245 III – colaborar na elaboração dos documentos consolidados e na sistematização das informações produzidas;
- 1246 IV – colaborar na elaboração de minutas de Projetos de Lei e regulamentações, com vistas a garantir a
1247 efetiva implementação das políticas resultantes do processo de revisão;
- 1248 V – prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de
1249 resultados.
- 1250 **Art. 9º** Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), no âmbito do
1251 desenvolvimento do trabalho de Revisão do Plano Diretor, nos termos do inciso I do art. 39 da Lei
1252 Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999:
- 1253 I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor, emitindo pareceres, quando
1254 couber;
- 1255 II – acompanhar e monitorar o processo de Revisão do Plano Diretor, atuando especialmente sobre:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

- 1256 a) recebimento dos relatórios do andamento do processo de Revisão, conforme cronograma a ser
1257 estabelecido pela CT;
- 1258 b) recebimento e avaliação dos resultados consolidados obtidos, após a avaliação dos GT, emitindo parecer,
1259 quando necessário;
- 1260 c) acompanhamento do andamento e dos resultados dos processos de participação;
- 1261 d) proposição de ajustes pertinentes e complementações que subsidiem a Revisão do Plano Diretor.
- 1262 III – aprovar a conclusão das diferentes etapas de desenvolvimento do processo, nos termos definidos nesta
1263 Instrução Normativa;
- 1264 IV – acompanhar a tramitação do projeto de lei complementar na Câmara de Vereadores de Porto Alegre
1265 (CMPA), com direito à participação nos debates realizados em Comissões Especiais que tratam do tema,
1266 junto à CMPA.
- 1267 **Art. 10.** Compete ao GT Consultivo Técnico (GT-CT), grupo de trabalho composto por integrantes do
1268 CMDUA e pelas Universidades:
- 1269 I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo manifestações
1270 técnicas conjuntas, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:
- 1271 a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas
1272 do processo, através de parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;
- 1273 b) avaliação e proposição de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor,
1274 colaborando na construção das propostas consolidadas;
- 1275 c) avaliação do conteúdo de propostas sistematizadas pela CT e GT-TO oriundas dos processos de
1276 participação da sociedade, incluindo a metodologia utilizada nestes processos.
- 1277 II – participar e apoiar a organização e a realização dos processos de participação como as oficinas, os
1278 seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;
- 1279 III – colaborar na mobilização da sociedade civil organizada para participação dos eventos destinados à
1280 Leitura Comunitária.
- 1281 **Parágrafo único.** Os interessados em se tornarem componentes do GT Consultivo Técnico deverão ter
1282 ciência da necessidade da efetiva participação no calendário de agendas a fim de garantir o pleno
1283 andamento dos trabalhos, desta forma, a ausência não justificada em 03 (três) reuniões sucessivas
1284 desabilitará o representante, devendo este ser substituído oficialmente por outro, se assim for o interesse da
1285 entidade ou da região de planejamento.
- 1286 **Art. 11.** Compete ao GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), grupo de trabalho composto
1287 pelos representantes das 08 (oito) Regiões de Planejamento, pelo representante do Orçamento Participativo,
1288 bem como pelos demais integrantes com assento no CMDUA, que manifestarem interesse na participação:
- 1289 I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo pareceres conjuntos,
1290 quando for o caso, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:
- 1291 a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas
1292 do processo, através de parecer conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;
- 1293 b) propostas de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor, colaborando na
1294 construção das propostas consolidadas;
- 1295 c) colaboração no recebimento e apresentação de propostas oriundas da sociedade;
- 1296 d) participação, em conjunto com a Coordenação Técnica (CT), em encontros com a sociedade organizada
1297 no âmbito das Regiões de Planejamento, denominados Diálogos com a Sociedade, buscando ouvir anseios,
1298 expectativas e recebimento de propostas.
- 1299 II – participar e apoiar a organização e realização dos processos colaborativos como as oficinas, os
1300 seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

- 1301 III – colaborar na mobilização da sociedade para participação dos eventos destinados à Leitura Comunitária.
- 1302 **Parágrafo único.** Os interessados em se tornarem componentes do GT Consultivo Técnico deverão ter
1303 ciência da necessidade da efetiva participação no calendário de agendas a fim de garantir o pleno
1304 andamento dos trabalhos, desta forma a ausência não justificada em 03 (três) reuniões sucessivas
1305 desabilitará o representante, devendo este ser substituído oficialmente por outro, se assim for o interesse da
1306 entidade ou da região de planejamento.
- 1307 **TÍTULO III**
- 1308 **Do Desenvolvimento das Etapas no Processo de Revisão do PDDUA**
- 1309 **Art. 12.** O processo de Revisão do Plano Diretor está previsto para ser desenvolvido em 05 (cinco) etapas,
1310 sendo prevista o encaminhamento para a Aprovação no início do ano de 2023:
- 1311 I – Etapa Preparatória: Em andamento desde agosto de 2019, com previsão para conclusão em 2021, a
1312 partir da conclusão das ações previstas e com o advento da contratação dos estudos específicos para a
1313 revisão do Plano Diretor no âmbito do projeto POA 2030: Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável,
1314 junto ao PNUD.
- 1315 II – Leitura da Cidade: Etapa prevista para ser iniciada e concluída no ano de 2021.
- 1316 III – Sistematização e Propostas: Etapa com previsão de início em 2021 e previsão de conclusão em 2022.
- 1317 IV – Aprovação: Previsão de início em 2023 a partir da entrega e aprovação do projeto na CMPA.
- 1318 V – Implantação e Monitoramento: Etapa prevista para ser iniciada posteriormente à aprovação do projeto na
1319 CMPA.
- 1320 **CAPÍTULO I**
- 1321 **Da Etapa Preparatória**
- 1322 **Art. 13.** A etapa preparatória consiste em etapa preliminar necessária à estruturação do desenvolvimento
1323 dos trabalhos, sendo algumas delas já realizadas ou em andamento, contemplando:
- 1324 I – definição da metodologia de trabalho, do cronograma de atividades, das formas de comunicação e
1325 interlocução com a sociedade, bem como o planejamento dos processos de participação dentro do processo
1326 de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a ser consolidada através desta Instrução Normativa;
- 1327 II – realização da primeira rodada de oficinas temáticas-territoriais, bem como a realização das devolutivas
1328 nas Regiões de Planejamento para apresentação dos resultados consolidados;
- 1329 III – elaboração de termos de referência, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional
1330 BRA/19/014;
- 1331 IV – organização preliminar do banco de dados e das informações necessárias para a Revisão do Plano
1332 Diretor;
- 1333 V – realização de processos de participação online e presenciais, envolvendo consultas preliminares que
1334 servirão de subsídio para a realização dos diagnósticos, caso se fizerem necessárias;
- 1335 VI – constituição dos grupos de trabalho.
- 1336 **CAPÍTULO II**
- 1337 **Da Leitura da Cidade**
- 1338 **Art. 14.** São etapas da Leitura da Cidade:
- 1339 I – Nivelamento do Conhecimento;
- 1340 II – Leitura Técnica;
- 1341 III – Leitura Comunitária.
- 1342 **Parágrafo único.** A Leitura da Cidade tem como objetivo a apropriação das características do território e a
1343 discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações
1344 técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1345 **Art. 15.** O Nivelamento do Conhecimento é executado pela CT, envolvendo a estruturação e a consolidação
1346 dos dados e informações, os quais servirão de subsídios ao desenvolvimento dos trabalhos, contemplando
1347 as seguintes atividades:

1348 I – elaboração de termos de referência, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional
1349 BRA/19/014, no que couber para a Etapa;

1350 II – estruturação de dados e informações, pelo PNUD, com subsídios fornecidos pela CT e GT-TO;

1351 III – capacitação do quadro técnico Municipal e dos agentes envolvidos no processo de planejamento urbano,
1352 incluindo os conselheiros do CMDUA, em conjunto com os GT.

1353 **Art. 16.** A realização da Leitura da Cidade, através das Leituras Técnica e Comunitária, é consolidada pela
1354 CT e pelo GT-TO, com subsídios do PNUD, com base nos resultados obtidos nas discussões realizadas
1355 pelos GT-CT, 7

1356



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1357 GT-CR e CMDUA, tendo como objetivos avaliar o território, a fim de estabelecer diagnósticos e propor
1358 soluções para as questões da cidade.

1359 **§ 1º** A Leitura Técnica tem como objetivo estudar o território e a paisagem, realizando estudos, diagnósticos
1360 e propondo soluções prévias para os diversos temas envolvendo as questões da cidade.

1361 **§ 2º** A Leitura Comunitária tem como objetivo ouvir a população, em seus diversos segmentos
1362 socioeconômicos, buscando identificar os problemas existentes, as potencialidades e as questões prioritárias
1363 para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade, que devem ser enfrentadas na formulação das
1364 propostas.

1365 **§ 3º** Os processos de participação necessários à Leitura Comunitária estão descritos no Título IV desta
1366 Instrução Normativa.

1367 **§ 4º** O GT-CT avaliará os resultados consolidados obtidos na Leitura da Cidade, emitindo parecer técnico
1368 conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

1369 **§ 5º** O GT-CR avaliará os resultados consolidados obtidos na Leitura da Cidade, propondo ajustes e
1370 complementações, quando for o caso.

1371 **§ 6º** O CMDUA receberá a avaliação e se manifestará sobre a consolidação dos resultados consolidados da
1372 Leitura Técnica, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

1373 **§ 7º** Após a manifestação do CMDUA, os resultados serão disponibilizados online, sendo aberto espaço para
1374 contribuições da sociedade e, posteriormente serão encaminhados para a realização de conferência para
1375 apresentação dos resultados e recebimento de indicações de propostas para a Revisão do Plano Diretor,
1376 tendo em vista os resultados apresentados.

1377 **§ 8º** Após a realização da conferência, os resultados serão considerados para a realização da Etapa de
1378 Sistematização e Propostas.

1379 **CAPÍTULO III**

1380 **Da Sistematização e das Propostas**

1381 **Art. 17.** A etapa de Sistematização e Propostas consiste na sistematização e consolidação dos resultados
1382 dos diagnósticos obtidos das Leituras Técnica e Comunitária, atendendo aos preceitos da Nova Agenda
1383 Urbana e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 11, com a respectiva
1384 elaboração de propostas.

1385 **§ 1º** A sistematização e a consolidação dos resultados e propostas serão efetuadas pela CT em conjunto com
1386 o GT-TO.

1387 **§ 2º** A sistematização e consolidação dos resultados e propostas serão encaminhadas pela CT ao GT-CT, o
1388 qual emitirá parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

1389 **§ 3º** Concomitantemente às atividades previstas no § 2º, a sistematização e a consolidação dos resultados e
1390 propostas serão encaminhadas pela CT ao GT-CR, o qual emitirá parecer conjunto, propondo ajustes e
1391 complementações, quando for o caso.

1392 **§ 4º** A sistematização e consolidação dos resultados e das propostas, após avaliação dos pareceres emitidos
1393 pelos GT-CT e GT-CR, serão encaminhadas ao plenário do CMDUA para que este possa, em conjunto,
1394 discutir, propor e opinar, emitindo pareceres propondo e indicando ajustes e/ou complementações, quando
1395 for o caso.

1396 **§ 5º** Após a manifestação do CMDUA, os resultados serão disponibilizados online, sendo aberto espaço para
1397 contribuições da sociedade e, posteriormente, serão encaminhados para a realização de conferência para
1398 apresentação dos resultados e recebimento de indicações de propostas para a Revisão do Plano Diretor,
1399 tendo em vista os resultados apresentados.

1400 **§ 6º** Após a realização da conferência, os resultados serão considerados para a elaboração da Minuta Prévia
1401 de Revisão do Plano Diretor. 8

1402



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1403 § 7º Após a consolidação dos resultados da Etapa da Sistematização e Propostas, bem como a realização da
1404 conferência parte desta etapa, se dará andamento à Etapa de Aprovação, através da elaboração da minuta
1405 prévia de Projeto de Lei Complementar para a Revisão do Plano Diretor.

1406 **CAPÍTULO IV**

1407 **Da Etapa de Aprovação**

1408 **Art. 18.** Serão submetidos à Audiência Pública os resultados consolidados pela CT e pelo GT-TO e avaliados
1409 nas discussões realizadas pelos GT-CT, GT-CR e CMDUA, a partir das etapas da Leitura da Cidade e de
1410 Sistematização e Propostas, bem como a proposta de minuta de Projeto de Lei Complementar relativa à
1411 revisão do Plano Diretor.

1412 § 1º A minuta de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor será elaborada pela CT e pelo GT-TO, com
1413 base na conclusão dos resultados da Etapa de Sistematização e Propostas e será encaminhada aos GT-CT e
1414 GT-CR para avaliação dos resultados e emissão de parecer, propondo ajustes e complementações, quando
1415 for o caso.

1416 § 2º Após a consolidação dos resultados, a minuta será encaminhada ao CMDUA para considerações finais e
1417 encaminhamento às Audiências Públicas.

1418 **Art. 19.** Previamente às Audiências Públicas de apresentação da minuta de Projeto de Lei Complementar,
1419 será aberta consulta pública para fins de recebimento de contribuições da sociedade através do site.

1420 **Art. 20.** A CT, em conjunto com o GT-CT e o GT-CR, bem como indicados do CMDUA, realizará o
1421 acompanhamento e o apoio técnico ao debate e discussão dos Projetos de Lei referentes ao processo de
1422 Revisão do Plano Diretor na Câmara Municipal.

1423 **CAPÍTULO V**

1424 **Da Implantação e do Monitoramento**

1425 **Art. 21.** A etapa de Implantação e do Monitoramento consiste no acompanhamento da implementação do
1426 projeto a fim de garantir o monitoramento e a transparência dos resultados.

1427 **Art. 22.** Durante a etapa de implementação e monitoramento, a CT realizará:

1428 I – capacitação dos técnicos municipais na gestão dos Modelos Jurídico e Espacial propostos;

1429 II – capacitação dos agentes envolvidos com a gestão da política urbana para operação nos Modelos Jurídico
1430 e Espacial propostos;

1431 III – capacitação dos conselheiros, delegados regionais e fóruns de planejamento regional, de forma a
1432 qualificar a participação comunitária na gestão do sistema de planejamento;

1433 IV – atualização permanente dos dados e acompanhamento da implementação do Plano Diretor através dos
1434 indicadores de desenvolvimento estabelecidos.

1435 **TÍTULO IV**

1436 **Dos Procedimentos dos Processos de Participação**

1437 **CAPÍTULO I**

1438 **Disposições Gerais 9**

1439



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1440 **Art. 23.** Os processos de participação, no âmbito da Revisão do Plano Diretor, farão parte e subsidiarão as
1441 Leituras Técnica e Comunitária, ocorrendo durante todas as etapas do processo, a partir de diferentes
1442 estratégias de participação, tais como:

1443 I – Oficinas Territoriais/Técnicas/Temáticas;

1444 II – Diálogos com a Sociedade;

1445 III – Consultas e Participação Online;

1446 IV – Seminários;

1447 V – Conferências;

1448 VI – Audiências Públicas.

1449 **Parágrafo único.** Poderão ser realizadas outras estratégias, além das previstas nesta instrução normativa, a
1450 critério da Coordenação Técnica, considerando a necessidade de qualificar os dados obtidos.

1451 **CAPÍTULO II**

1452 **Das Oficinas**

1453 **Art. 24.** Serão realizadas Oficinas, com o intuito de coletar, de maneira sistematizada, demandas, anseios e
1454 perspectivas da população em relação ao Plano Diretor, sendo previstas:

1455 I – realização de Oficinas Temáticas destinadas à Leitura da Cidade, com foco em temas específicos do
1456 planejamento urbano, relativos a toda a cidade, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CR, em
1457 locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo
1458 menos 15 (quinze) dias corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo
1459 participativo;

1460 II – realização de Oficinas Territoriais destinadas à Leitura da Cidade, que tratam de partes específicas do
1461 território, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CR, em locais de fácil acesso e com
1462 disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias
1463 corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo;

1464 III – realização de oficinas técnicas destinadas à Leitura da Cidade e à validação dos parâmetros e modelos
1465 propostos, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CT, em locais de fácil acesso e com
1466 disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias
1467 corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo.

1468 **Parágrafo único.** Poderão ser realizadas oficinas complementares, além das previstas nesta Instrução
1469 Normativa, a critério da CT, considerando a necessidade de qualificar os dados e informações obtidos.

1470 **CAPÍTULO III**

1471 **Dos Diálogos**

1472 **Art. 25.** Os Diálogos com a Sociedade têm o objetivo de coletar contribuições advindas da sociedade
1473 organizada, com o intuito de registrar problemáticas, anseios e perspectivas específicos, sendo demandados
1474 pela sociedade ou pela administração.

1475 **Art. 26.** Na realização dos Diálogos com a Sociedade, será observado o seguinte: 10

1476



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1477 I – Agendamento prévio, com definição de horário de início e término, sendo também definido o tema a ser
1478 abordado, o qual será amplamente divulgado;

1479 II – Registro em lista dos presentes, elaboração de relatório sobre as principais questões abordadas e síntese
1480 dos encaminhamentos acordados;

1481 III - Na realização dos Diálogos será oportunizada a fala dos presentes, observando o horário pré-
1482 estabelecido no inciso I.

1483 **Art. 27.** Os Diálogos também serão configurados como canais para atendimento complementar às Oficinas
1484 Territoriais.

1485 **CAPÍTULO IV**

1486 **Dos Seminários**

1487 **Art. 28.** Serão realizados seminários com o objetivo de qualificar o desenvolvimento das Etapas de Revisão
1488 do Plano Diretor, através da discussão coletiva de diversos temas relacionados.

1489 **CAPÍTULO V**

1490 **Das Consultas e das Colaborações On-line**

1491 **Art. 29.** Durante todo o processo serão realizadas consultas, por diferentes meios, bem como colaborações
1492 on-line.

1493 **Art. 30.** Para a realização das consultas e colaborações on-line, serão disponibilizados os canais eletrônicos
1494 de site e e-mail do Plano Diretor.

1495 **Art. 31.** Poderão ser realizadas consultas presenciais e pesquisas para complementação dos processos
1496 colaborativos.

1497 **Art. 32.** As respostas às consultas serão avaliadas, sistematizadas e estruturadas, sendo disponibilizadas no
1498 decorrer do processo e utilizadas para complementar a Leitura da Cidade.

1499 **Art. 33.** Previamente à Conferência e às Audiências Públicas serão abertas consultas públicas para fins de
1500 recebimento de contribuições da sociedade através do site.

1501 **CAPÍTULO VI**

1502 **Das Conferências na Revisão do Plano Diretor**

1503 **Art. 34.** Para cada uma das Etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas, após a
1504 consolidação dos resultados, será realizada conferência para discutir a Revisão do Plano Diretor, aberta à
1505 participação da sociedade como um todo, prevista para ser realizada durante 3 (três) dias, em local de fácil
1506 acesso e com disponibilidade de transporte público, em data a ser marcada, conforme estimativa prevista no
1507 calendário do site.

1508 **Parágrafo único.** A definição dos ritos para a realização da Conferência tais como o planejamento da
1509 estrutura do evento, a composição de comissão preparatória, o cronograma de reuniões, a definição do local
1510 e data, as formas de divulgação, entre outros, será definida pela CT, em conjunto com o GT-CT e GT-CR e
1511 aprovada pelo CMDUA.

1512 **Art. 35.** Os resultados decorrentes da Conferência serão analisados, sistematizados e considerados para a
1513 conclusão das etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas do processo de Revisão do
1514 Plano Diretor. 11

1515



1516 **CAPÍTULO VII**

1517 **Das Audiências Públicas**

1518 **Art. 36.** As Audiências Públicas serão destinadas à apresentação e ao debate dos resultados consolidados,
1519 quando se identificar necessidade e da minuta de Projeto de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor,
1520 sendo divulgadas com antecedência mínima de 30 dias.

1521 **§ 1º** A necessidade de realização de audiências públicas no decorrer do processo serão definidas pela CT,
1522 em conjunto com o GT-CT e o GT-CR, dependendo dos temas a serem abordados, sendo ratificadas pelo
1523 CMDUA, considerando os resultados obtidos no decorrer do processo.

1524 **§ 2º** O processo de condução e participação das audiências a que se refere o caput será objeto de normativa
1525 específica, observado o disposto na Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996.

1526 **Art. 37.** Após a consolidação dos resultados, a minuta de Projeto de Lei Complementar será encaminhada
1527 pelo Executivo à Câmara de Vereadores, acompanhados de um relatório-síntese, contendo as contribuições
1528 oriundas da Audiência Pública, assim como os encaminhamentos dados pelo Executivo Municipal,
1529 contemplando as justificativas técnicas decorrentes das análises.

1530 **Art. 38.** A CT efetuará divulgação dos resultados no site, garantindo o amplo acesso à informação.

1531 **CAPÍTULO VIII**

1532 **Da Comunicação e acesso à informação**

1533 **Art. 39.** Além da divulgação no site, os processos colaborativos decorrentes da Revisão do Plano Diretor
1534 serão precedidos de ampla divulgação nos meios de comunicação, com a finalidade de garantir a ampla
1535 participação da sociedade.

1536 **Art. 40.** O site do Plano Diretor, www.prefeitura.poa.br/planodiretor, é o canal oficial de comunicação com a
1537 sociedade, onde serão divulgadas todas as ações institucionais decorrentes do processo de revisão, bem
1538 como:

1539 I – cronograma de atividades realizadas e a realizar;

1540 II – divulgação dos eventos realizados e a realizar;

1541 III – divulgação dos resultados das atividades e trabalhos técnicos realizados;

1542 IV – divulgação dos resultados dos eventos públicos;

1543 V – realização de canais de consultas e colaborações online;

1544 VI – divulgação dos resultados finais e da minuta do Projeto Lei Complementar, com abertura de canal de
1545 contribuições.

1546 **Art. 41.** Esta Instrução Normativa poderá ser alterada, de acordo com o andamento do processo, a partir da
1547 avaliação da CT e dos Grupos de Trabalho e aprovação do CMDUA.

1548 **Art. 42.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.